

Nós confiamos em Deus

JORNAL NOTÍCIAS DO CONGRESSO NACIONAL

INSTITUTO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS BRASILEIRO – IDELB

Órgão Oficial de Comunicação Social do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB

Ano II – Nº 9 – Julho / Agosto / Setembro – 2013

EDITORIAL



O *Jornal Notícias do Congresso Nacional* é o órgão oficial de comunicação social do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB, deixando evidente que sua proposta é ser diferente dos demais, sobressaindo-se, principalmente, pela qualidade e pela eficiência das informações nele contidas. Traz de maneira prática e objetiva a história do Brasil.

É destinado a divulgar as ações de jornalismo, *marketing* e responsabilidade social e institucional do Poder Executivo e do Poder Judiciário, dando ênfase, especialmente, ao importante trabalho técnico-operacional desenvolvido pelo Poder Legislativo no que tange ao trabalho legislativo praticado pelas Comissões Permanentes e Temporárias do Congresso Nacional, instaladas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

A missão deste veículo, *Jornal Notícias do Congresso Nacional*, é oportunizar a divulgação dos trabalhos técnicos desenvolvidos no âmbito do Poder Legislativo, pelos seus membros no Congresso Nacional, no cumprimento de sua missão de legislar, fiscalizar e legitimar o poder estabelecido, em nome da sociedade brasileira, bem como na defesa plena dos valores de pioneirismo, integridade, independência, excelência na qualidade das informações prestadas com responsabilidade, visando sempre à valorização das pessoas, da liberdade de expressão e das instituições democráticas do Estado de Direito.

Acreditamos que as informações contidas nesta publicação contribuirão para o processo de amadurecimento e desenvolvimento da sociedade brasileira, de maneira que esta venha a exercer o seu pleno direito de cidadania participativa, na qualidade de uma sociedade fiscalizadora dos poderes constituídos, para que venhamos a desfrutar um futuro melhor, com maior dignidade e justiça social para todos os brasileiros.

O *Jornal Notícias do Congresso Nacional* traz ao público leitor sua contribuição inarredável, imprimindo, assim, a história do Brasil nos bastidores do Poder Legislativo, vindo a preencher uma lacuna, visando a manter a sociedade informada das ações técnicas operacionais praticadas pelo sistema bicameral do Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, sendo este o poder guardião e garantidor do Estado Democrático de Direito, legitimado pela representação parlamentar, a autêntica expressão de poder de um povo e de uma forte e soberana nação.

Com dinamismo profissional, idealismo e perseverança, desenvolvemos um trabalho difícil e árduo, em que contamos com a importante proteção de DEUS e a colaboração de parlamentares, parceiros profissionais e patrocinadores, sendo recompensados pelo magnífico resultado alcançado.

Boa leitura a todos e até a próxima edição! Um grande abraço!

Dr. JOSUÉ DOS SANTOS FERREIRA
Editor do *Jornal Notícias do Congresso Nacional*
Jornalista Responsável – (DRT nº 36.203/SP)
Membro da Associação Brasileira de Jornalistas – (ABJ nº 1.076)
Escritor, Autor da obra acadêmica *Os Meandros do Congresso Nacional – Como interagir e participar das atividades legislativas brasileiras*
Fundador e Presidente Nacional do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB
E-mail: presidente@idelb.org.br / Site: www.idelb.org.br

NESTA EDIÇÃO:



Dilma Rousseff
Presidenta do Brasil

A Presidenta sancionou sem vetos a lei que define organização criminosa




Barack Obama
Presidente dos Estados Unidos da América
Estados Unidos e Brasil: parceria econômica saudável e próspera



Rei Abdullah Ibn Abdul Aziz Al-Saud
Reino da Arábia Saudita

Uma visão global sobre a economia progressista da Arábia Saudita



The background features a large, vibrant Brazilian flag (green, yellow, and blue) waving in the upper right corner. The rest of the background is a cloudy sky. In the lower left, there are black silhouettes of a hand reaching up and two people (an adult and a child) looking upwards.

**Fazer um país melhor em todos os sentidos
é uma tarefa que enche de orgulho
uma empresa que ama o Brasil.**

O Grupo Petrópolis é uma empresa brasileira de bebidas de capital 100% nacional. Tudo o que é produzido em suas unidades se transforma em benefícios para as regiões onde estão instaladas suas fábricas, para todos os estados, cidades e comunidades onde existe um produto sendo fabricado, distribuído e consumido. É isto que dá sentido a uma empresa que tem orgulho de seu compromisso com o país e com cada brasileiro.

Grupo Petrópolis.

Uma empresa de bebidas de capital nacional.

A gente ama ser brasileiro como você.



GRUPO PETRÓPOLIS

VOCE É NOSSO MAIOR COMPROMISSO

Fabricante das cervejas Itaipavá e Crystal,
do energético TNT, entre outras marcas.



O PODER LEGISLATIVO É O SUSTENTÁCULO PLENO DA LIBERDADE E DA DEMOCRACIA, PILARES FUNDAMENTAIS DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.

EXPEDIENTE

ANO II – Nº 9 – Julho / Agosto / Setembro – 2013

O *Jornal Notícias do Congresso Nacional* é uma publicação trimestral do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB. Todos os direitos são reservados.

Nossa missão está pautada na defesa plena dos valores de pioneirismo, integridade, independência, excelência na qualidade das informações prestadas com responsabilidade, visando sempre à valorização das pessoas, da liberdade de expressão e das instituições democráticas do Estado de Direito.

Editor e jornalista responsável: JOSUÉ DOS SANTOS FERREIRA – (DRT nº 36.203/SP)

Colaboração especial: Aliádne Damázio

Projeto gráfico e diagramação: Fábio Manfrinato

Imagem e ilustrações: Antonio Carlos Souza

Revisão: Sílvia Bovino

Distribuição e circulação: Nacional

PODER EXECUTIVO: Presidência da República, Vice-Presidência da República, Ministérios, Governos Estaduais e Prefeituras Municipais.

PODER LEGISLATIVO: Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

PODER JUDICIÁRIO: Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal Militar, Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal de Contas da União.

REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS: Embaixadas e Consulados Estrangeiros no Brasil.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS COM REPRESENTAÇÃO NO BRASIL: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime – UNODC, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, Organização dos Estados Americanos – OEA, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – Banco Mundial – BIRD e Fundo Monetário Internacional – FMI.

ENTIDADES DE CLASSE: Confederação Nacional da Indústria – CNI, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN, Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA, Sindicato da Indústria da Construção Pesada do Estado de São Paulo – SINICESP, Federação do Comércio do Estado de São Paulo – FECOMERCIO-SP, Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base – ABDIB, Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo – SIMPI, União da Indústria de Cana-de-Açúcar – ÚNICA, Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB-SP, Ordem dos Parlamentares do Brasil – OPB e Agência Nacional de Petróleo – ANP – Setores de Petróleo, Gás Natural, Biocombustíveis e Energias Renováveis.

EMPRESAS ESTATAIS: Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal – CEF, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – Correios, Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRAS, Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS, Banco Central do Brasil – BACEN, Empresa Brasileira de Comunicação S/A – EBC e Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM.

PÚBLICO-ALVO: Autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; Empresários, Estudantes e Professores, Representantes de Entidades de Classes e Corpo Diplomático.

Tiragem: 30 mil exemplares.

Endereço: Avenida Mário Lopes Leão, 1.500 – 12º andar – Conjunto 1.201 – Condomínio NovAmérica Office Park – CEP 04754-010 – Santo Amaro – São Paulo – SP – Brasil

E-mail: idelb@idelb.org.br – **Site:** www.idelb.org.br

Revisão: Sílvia Bovino



Nós confiamos em Deus



* Não são de responsabilidade do *Jornal Notícias do Congresso Nacional* os conteúdos que constam nas notas e nos artigos assinados. Não há responsabilidade sobre qualquer conteúdo publicitário anunciado nesta edição.

* Toda informação de caráter estatístico de todas as áreas, assuntos e temas assinados por este editor tem como base de pesquisa as fontes oficiais governamentais e privadas, bem como organismos internacionais.



Nós confiamos em Deus

Acesse a versão completa do Jornal Notícias do Congresso Nacional no tablet e no celular.

VERSÃO DIGITAL

Baixe o aplicativo por meio da Apple Store ou do Google Play e visualize um conteúdo consistente sobre aspectos políticos, sociais, econômicos e sustentáveis.



www.idelb.org.br



BAIXE GRATUITAMENTE O APLICATIVO DO JORNAL NOTÍCIAS DO CONGRESSO NACIONAL PARA IPAD E ANDROID.



Dilma Vana Rousseff

Presidenta da República Federativa do Brasil

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF, SANCIONOU SEM VETOS A LEI QUE DEFINE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA



Presidenta Dilma Rousseff sancionou sem vetos o projeto que inclui na legislação brasileira o conceito de organização criminosa e define meios de obtenção das provas e procedimentos para a investigação desse crime. A pena para integrante varia de três a oito anos de prisão, mais multa. O conceito pode ser aplicado às organizações terroristas internacionais.

Com a nova lei, fica definida como organização criminosa a associação de cinco ou mais pessoas com estrutura organizacional hierárquica e com definida divisão de tarefas entre seus integrantes, "ainda que informalmente", de acordo com o texto aprovado pelo Senado.

A iniciativa de apresentar a proposição legislativa foi de autoria da então Senadora Serys Slhessarenko (MT), recebendo na Casa a seguinte identificação: PLS nº 150, de 2006.

O projeto sancionado define como conceito de organização criminosa os seguintes pontos:

Promover, constituir, financiar, cooperar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, associação, sob forma lícita ou não, de cinco ou mais pessoas, com estabilidade, estrutura organizacional hierárquica e divisão de tarefas para obter, direta ou indiretamente, com o emprego de violência, ameaça, fraude, tráfico de influência ou atos de corrupção, vantagem de qualquer natureza, praticando um ou mais dos seguintes crimes:

- I – tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica;
- II – terrorismo;
- III – contrabando ou tráfico ilícito de armas de fogo, acessórios, artefatos, munições, explosivos ou materiais destinados à sua produção;
- IV – extorsão mediante sequestro e suas formas qualificadas;
- V – contra a administração pública;
- VI – contra o sistema financeiro nacional;
- VII – contra a ordem tributária ou econômica;
- VIII – contra as empresas de transporte de valores ou cargas e a receptação dolosa dos bens ou produtos auferidos por tais práticas criminosas;
- IX – lenocínio e tráfico de mulheres;
- X – tráfico internacional de criança ou adolescente (art. 239 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990);
- XI – lavagem de dinheiro, ocultação de bens, direitos e valores;
- XII – tráfico ilícito de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano;
- XIII – homicídio qualificado;
- XIV – falsificação, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais;
- XV – contra o meio ambiente e o patrimônio cultural;
- XVI – outros crimes previstos em tratados ou convenções internacionais de que o Brasil seja parte.

A pena prevista para quem promover, integrar ou financiar organização criminosa varia de três a oito anos de detenção, mais o pagamento de multa, além das penas correspondentes aos demais crimes praticados.

O texto determina que, para caracterizar o crime, os acusados têm de ter o objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza por meio de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a quatro anos de detenção ou que sejam de caráter transnacional.

Entre outros pontos, a proposta determina que o conceito de organização criminosa pode ser aplicado às organizações terroristas internacionais.

Da investigação criminal e dos meios de obtenção de prova

O projeto sancionado pela Presidenta lista uma série de instrumentos que podem ser utilizados pelas autoridades policiais para comprovar a existência da organização criminosa, como uso da delação premiada, de escutas, do acesso a registros de ligações telefônicas e de *e-mail*, de grampos, da quebra de sigilo, da infiltração de policiais na organização e de atividades de investigação.

Em qualquer fase da persecução penal, serão permitidos, sem prejuízo de outros já previstos em lei, os seguintes meios de obtenção de prova:

- I – delação premiada do investigado ou acusado;
- II – interceptação de comunicação telefônica e interceptação ambiental de sinais eletromagnéticos, óticos ou acústicos, nos termos da legislação específica;
- III – ação controlada;
- IV – acesso a registros de ligações telefônicas, dados cadastrais, documentos e informações eleitorais, comerciais e de provedores da internet;
- V – quebra dos sigilos financeiro, bancário e fiscal, nos termos da legislação específica.

O juiz, de ofício ou a requerimento das partes, poderá conceder o perdão judicial e declarar extinta a punibilidade do investigado ou acusado que, sendo primário, tenha colaborado efetiva e voluntariamente para a investigação e para o processo criminal, desde que dessa colaboração tenha resultado, alternativamente:

- I – a identificação dos demais coautores e partícipes do crime organizado e das infrações penais por eles praticadas;
- II – a revelação da estrutura organizacional hierárquica e da divisão de tarefas;
- III – a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades do crime organizado;
- IV – a recuperação total ou parcial do produto da infração penal;
- V – a localização da eventual vítima com sua integridade física preservada.

São direitos do colaborador:

- I – usufruir das medidas de proteção previstas na legislação específica;
 - II – ter seu nome, sua qualificação e demais informações pessoais preservados durante a investigação e o processo criminal, salvo se houver decisão judicial em contrário;
 - III – ser conduzido, em juízo, separadamente dos demais coautores e partícipes;
 - IV – participar das audiências sem contato visual com os outros acusados;
 - V – não ter sua identidade revelada pelos meios de comunicação nem ser fotografado ou filmado sem sua prévia autorização por escrito;
 - VI – cumprir pena em estabelecimento penal diverso dos demais co-réus ou condenados.
- Segundo o texto, a infiltração de agentes policiais nas organizações poderá ser autorizada por um juiz somente se a prova não puder ser produzida por outros meios disponíveis.

Do acesso a registros, dados cadastrais, documentos e informações

A autoridade policial ou o Ministério Público, no curso da investigação policial ou da ação penal, poderão requerer, de forma fundamentada, a autorização do juiz para a obtenção de registros de ligações telefônicas, dados cadastrais, documentos e informações eleitorais, comerciais e de provedores da internet.

Parágrafo único. No caso de recusa por parte do detentor da informação requisitada, o juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial, expedirá mandado de busca e apreensão.

As empresas de transporte possibilitarão, pelo prazo de cinco anos, acesso direto e permanente do juiz, do Ministério Público e da autoridade policial aos bancos de dados de reservas e registro de viagens.

As concessionárias de telefonia fixa ou móvel manterão, pelo prazo de cinco anos, registros de identificação dos números dos terminais de origem e de destino das ligações telefônicas internacionais, interurbanas e locais.

Dos crimes ocorridos na investigação criminal e na obtenção de prova

Revelar a identidade, fotografar ou filmar o colaborador sem sua prévia autorização por escrito. Pena: reclusão, de um a três anos, e multa.

Imputar falsamente, sob pretexto de colaboração com a Justiça, a prática de infração penal a pessoa que sabe ser inocente ou revelar informações sobre a estrutura de crime organizado que sabe inverídica. Pena: reclusão, de três a seis anos, e multa.

Quebrar o sigilo das investigações que envolvam a ação controlada. Pena: reclusão, de dois a quatro anos, e multa.

Recusar, retardar ou omitir dados cadastrais, documentos e informações eleitorais, comerciais ou de provedores da internet, requisitados por comissão parlamentar de inquérito ou por autoridade judicial. Pena: reclusão, de dois a cinco anos, e multa.

Revelar o nome, a qualificação ou demais informações pessoais da vítima, testemunha, investigado ou acusado-colaborador que tenha sua identidade preservada em juízo, assim como quebrar o sigilo do respectivo procedimento judicial. Pena: reclusão, de três a seis anos, e multa.

Do procedimento criminal

O crime organizado e as infrações penais conexas serão apurados mediante procedimento ordinário previsto no Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal –, observadas as disposições especiais do presente Capítulo.

O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial, ouvido o Ministério Público em vinte e quatro horas, havendo indícios suficientes, poderá decretar, no curso do inquérito ou da ação penal, a apreensão ou o sequestro de bens, direitos ou valores do acusado, ou existentes em seu nome, objeto dos crimes previstos nesta lei, procedendo-se na forma dos arts. 125 a 144 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

O sigilo da investigação criminal poderá ser decretado pela autoridade judicial competente, para garantia da celeridade e da eficácia das diligências investigatórias. Determinado o depoimento do investigado, seu advogado terá prévia vista dos autos, com tempo suficiente para o conhecimento completo da investigação.

A legislação específica disporá sobre a regulamentação dos procedimentos desta Lei relativos à competência e às atribuições do órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência – SISBIN.

O crime organizado, para que possa atingir seu escopo, emprega determinados modos de execução. Há um espectro muito amplo de *modus operandi*. Frequentemente, vale-se da violência, da força intimidativa, da manobra fraudulenta, do tráfico de influência ou mesmo de atos de corrupção. Infelizmente, não há como negar a estreita ligação entre o crime organizado e a corrupção.



Barack Obama

Presidente dos Estados Unidos da América

OS ESTADOS UNIDOS E O BRASIL TÊM FORTALECIDO UMA PARCERIA ECONÔMICA SAUDÁVEL E PRÓSPERA



Os Estados Unidos e o Brasil são as duas maiores economias e maiores democracias do Hemisfério Ocidental, partes do comércio mais importante e as relações econômicas do mundo. “O Brasil é o nosso oitavo maior parceiro comercial de mercadorias”, diz o Presidente dos EUA, Barack Obama.

O Brasil é um *player* global com economia emergente e potencial econômico. Com um Produto Interno Bruto (PIB) de 2012 de quase US\$ 2,395 trilhões, o Brasil é a sétima maior economia do mundo e responsável por mais de 60% do total do PIB da América do Sul. “Os Estados Unidos estão comprometidos em aprofundar nossa relação econômica bilateral com o Brasil, com base em nossos pontos fortes mútuos, interesses comuns, e de entrada de nossos atores dinâmicos do setor privado.”

Uma parceria comercial fundamental

• Bens de duas vias e serviços de comércio entre os Estados Unidos e o Brasil quase triplicaram na última década, mais de US\$ 100 bilhões em 2011. Nos últimos cinco anos, a exportação de bens e serviços dos Estados Unidos para o Brasil mais do que dobrou, passando de 26.600 milhões de dólares americanos em 2006 para 62.700 milhões de dólares em 2011.

• Com 195 milhões de consumidores do mundo e renda *per capita* que deve crescer mais de 3% ao ano durante os próximos cinco anos, a demanda do Brasil para as importações de bens mais do que triplicou, passando de 47.200 milhões de dólares americanos em 2002 para 226,2 bilhões de dólares americanos em 2011.

• Desde 2002, as exportações de bens dos EUA para o Brasil mais do que triplicaram, passando de 12.400 milhões de dólares em 2002 para US\$ 42,9 bilhões em 2011. Em 2011, as exportações de bens dos EUA para o Brasil subiram 21% a partir de 2010.

• Essas exportações foram feitas por bens de indústrias de alta tecnologia, que produzem valor. Em 2011, os maiores bens de exportação dos EUA para o Brasil eram de máquinas, no valor de 7,9 bilhões de dólares. Outras categorias de exportação superior incluem aeronaves e peças (5.400 milhões de dólares), máquinas elétricas (US\$ 4,6 bilhões) e plásticos (US\$ 2,1 bilhões).

• As exportações para o Brasil beneficiam empresas e empresários em todo o país. Em cada ano nos últimos dez anos, os exportadores em todos os 50 estados relataram exportações para o Brasil. Em 2011, quase três quartos dos estados dos EUA (36 no total) relataram bens de embarques de exportação acima de US\$ 100 milhões.

• As exportações de serviços dos EUA para o Brasil também têm aumentado. De 2002 a 2011, as exportações americanas de serviços para o Brasil mais que triplicaram, aumentando de US\$ 5,1 bilhões em 2002 para 19,9 bilhões de dólares em 2011. Em 2010, esses serviços incluíram serviços de telecomunicações no valor de US\$ 2,1 bilhões, e as empresas, profissionais e serviços técnicos, totalizando US\$ 2,2 bilhões.

• Em 2011, 1,5 milhão de brasileiros visitaram os Estados Unidos, um aumento de 26% em relação a 2010, e cerca de 400 mil em 2002. Em 2011, os brasileiros gastaram 6.800 milhões de dólares americanos em bens relacionados com viagens e turismo nos Estados Unidos, um aumento de 148% a partir de 2009.

Fortalecer os laços por meio do investimento

• Fluxos de investimento bilaterais entre o Brasil e os trabalhos de apoio dos Estados Unidos, estimulam as exportações e fortalecem o nosso relacionamento econômico global. No fim de 2010, o investimento total de capital brasileiro nos Estados Unidos ficou em US\$ 15,5 bilhões, tornando-se entre as maiores fontes de investimento estrangeiro direto (IED) na América Latina.

• De acordo com estimativas preliminares divulgadas pelo EUA Bureau of Economic Analysis, as empresas brasileiras investiram cerca de US\$ 3,7 bilhões nos Estados Unidos em 2011. Principais setores de IED do Brasil para os Estados Unidos incluem a energia – incluindo carvão, gás, petróleo e alternativas e renováveis –, bem como a fabricação de metais, plásticos, têxtil e de construção e materiais de construção.

• Em 2009, as subsidiárias de empresas de capital brasileiro-americanos empregou 39.000 trabalhadores americanos e contribuiu com US\$ 2,6 bilhões para exportações de bens dos EUA. Como a economia do Brasil continua a crescer, haverá um grande potencial para aumentar esses fluxos. Entre janeiro de 2003 e fevereiro de 2012, 81 ofertas foram anunciadas com gastos de capital totais de 3.370 milhões de dólares, gerando cerca de 8.110 empregos nos EUA.

Alguns exemplos recentes de trabalho de apoio ao investimento brasileiro nos Estados Unidos incluem:

• Em junho de 2011, a Braksem, empresa brasileira, anunciou planos para investir US\$ 4 bilhões para aumentar sua produção de plásticos na América do Norte. Esse investimento vai ajudar a Braksem a expandir suas três fábricas nos EUA para produzir 1 milhão de toneladas de polipropileno por ano.

• Em junho de 2011, a Santana Têxtil anunciou planos para abrir uma nova fiação, tecelagem, e facilidade de armazenamento em Edinburg, Texas. A primeira fase do projeto de criar 300 novos postos de trabalho até dezembro de 2011, com uma expectativa de 500 posições adicionais geradas após a conclusão da instalação.

• Em maio de 2011, a Gerdau, empresa brasileira, anunciou planos para investir 347 milhões de dólares para expandir a capacidade de produção de 400 mil toneladas de metal em suas fábricas em Michigan, Arkansas e Minnesota. A Gerdau também anunciou a sua intenção de realizar estudos técnicos sobre a expansão de sua planta em Monroe, no Michigan e a criação de uma nova fábrica na América do Norte.

Exportar histórias de sucesso

Por meio da Iniciativa Nacional de Exportação e do Serviço Comercial dos EUA, os Estados Unidos estão trabalhando para facilitar o trabalho de mais apoio à exportação para o Brasil. Algumas histórias de sucesso recentes incluem:

• Rosenbauer América, um fabricante de caminhão de bombeiros, ganhou um contrato de US\$ 42 milhões para fornecer 80 carros de bombeiros à Infraero, autoridade aeroportuária do Brasil. O contrato foi assinado em agosto de 2011, e os caminhões serão fabricados em Minnesota.

• Com sede na Flórida, o Oriental Shipbuilding Group ganhou um contrato de 241 milhões de dólares no ano passado para a construção de cinco embarcações para a empresa brasileira, Boldini S/A. A Administração Marítima dos EUA forneceu garantia de empréstimo para o projeto. O negócio vai gerar 300 empregos na instalação naval em Panama City, Flórida.

• Swanson Industries, baseada em West Virginia, uma empresa fabricante e de serviço de reparo de cilindros de curso longo utilizados na indústria de petróleo *offshore*, em outubro de 2010, entrou em acordo com uma empresa brasileira, a Superpesa, que rendeu um contrato de serviço de reparação no valor de US\$ 1 milhão em vendas para Swanson.

• Em março de 2012, a GE Energy fez uma venda de US\$ 30 milhões dos motores GE para dois parques eólicos no estado brasileiro do Rio Grande do Norte.

Os Estados Unidos e o Brasil trabalham em uma agenda comum com ampla gama de questões globais, incluindo o crescimento econômico global, lidando também com questões como narcotráfico e segurança do cidadão, questões que são tão importantes para a região. O Brasil tem sido um líder extraordinário na área de biocombustíveis e, obviamente, também está se tornando um *global player* quando se trata de desenvolvimento de petróleo e gás. “Os Estados Unidos não são apenas um grande cliente em potencial para o Brasil. Pensamos que podemos, juntos, cooperar estreitamente em uma ampla gama de projetos de energia”, afirma o Presidente dos EUA, Barack Obama.





Rei Abdullah Ibn Abdul Aziz Al-Saud

الملك عبد الله الثاني



Reino da Arábia Saudita

UMA VISÃO GLOBAL SOBRE A ECONOMIA PROGRESSISTA DA ARÁBIA SAUDITA



Rei Abdullah Ibn Abdul Aziz Al-Saud é filho do patriarca da família Saud Ibn Saud. No entanto, Abdullah não é apenas um meio-irmão de Fahd e, portanto, um dos poderosos "Sudairi Seven" irmãos. Depois que o Rei Fahd sofreu um derrame debilitante em 1995, Abdullah, então príncipe herdeiro, efetivamente assumiu o poder soberano da Arábia Saudita. Desde então, ele tem sido reconhecido como um líder de fato da Arábia Saudita e recebido o apoio de muitos sauditas. Abdullah tornou-se oficialmente rei após a morte de Fahd, em agosto de 2005.

Desde que assumiu as responsabilidades do rei, o Príncipe Abdullah foi retratado como um homem honesto, tradicional, procurando restabelecer a legitimidade da família Saud, na esteira do crescente descontentamento público. Em reação aos altos níveis de desemprego, à queda dos padrões de vida e a uma paisagem social em rápida mudança, muitos sauditas estão a exigir reformas políticas e sociais significativas. Em resposta às pressões de ambas as facções progressistas e conservadores no seio da sociedade saudita, o Rei Abdullah introduziu algumas políticas controversas, como permitir minoria xiita de participar no processo político e assegurando as primeiras eleições do país no início de 2005. Para reforçar a base econômica do reino, o Príncipe Abdullah também intensificou o programa "Saudization". Esse programa social refere-se à política nacional da Arábia Saudita, para incentivar o emprego de cidadãos sauditas no setor privado, que, a partir de 2006, foi amplamente dominado por trabalhadores expatriados do sudeste da Ásia e, em menor grau, pelos expatriados ocidentais.

O Rei Abdullah é considerado pelos estudiosos mais religioso que seu meio-irmão, Fahd. O Malik faz parte do sunismo, corrente majoritária do Islã, a religião predominante no país. Abdullah é um admirável defensor do diálogo inter-religioso e, em 2008, fez um pedido internacional para a paz entre as nações.

O Rei Abdullah realizou uma conferência em Meca, capital religiosa do país, em junho de 2008, na qual instruiu os líderes muçulmanos a iniciar um diálogo de paz com os judeus e cristãos de todo o mundo. A proposta foi bem aceita pela população e teve destaque na mídia oriental. Ainda em 2008, a Arábia iniciou seu primeiro diálogo inter-religioso com a Espanha, que resultou na conferência de Madrid, onde vários líderes religiosos mundiais se reuniram para discutir a paz entre as crenças. A Espanha mantém relações religiosas e diplomáticas com a Arábia até hoje. A conferência de Meca introduziu uma relação pacifista com os líderes de religiões monoteístas do Sudeste Asiático.

Em relação à política externa, o Rei Abdullah foi responsável pela "Cultura da Paz", que teve lugar, em novembro de 2008, na Assembleia Geral das Nações Unidas. O Rei Abdullah conseguiu

reunir nações ocidentais e muçulmanas na mesma conferência para discutir o preconceito contra o islamismo e o terrorismo frequentemente associado aos países árabes. O evento foi presidido pelo Rei Abdullah, juntamente com o Primeiro-Ministro do Reino Unido Tony Blair, o Presidente de Israel Shimon Peres, o Presidente dos Estados Unidos George W. Bush e o Rei Abdullah II da Jordânia.

Desde 2003, a Arábia Saudita tem enfrentado vários e graves atentados terroristas que visam à influência política internacional e as forças de segurança do país. Os principais atentados incluem carros e homens-bomba. Alguns grupos internacionais, como a temida Al-Qaeda, são acusados pelo Rei Abdullah de ser os responsáveis pelo ataque em resposta ao incentivo de Abdullah às relações com os Estados Unidos.

As relações bilaterais da Arábia Saudita com os Estados Unidos têm um histórico desde outubro de 1976, quando Abdullah viajou aos Estados Unidos para uma reunião privada com o presidente Gerald Ford. Em outubro de 1987, Abdullah viajou novamente para os Estados Unidos, desta vez como Príncipe herdeiro, para uma reunião com o então Presidente Bill Clinton. Em 2000, o Malik celebrou a virada do milênio nas Nações Unidas. Em junho de 2009, o Malik recebeu o Presidente Barack Obama na Arábia Saudita.

O Rei Abdullah é considerado o rei árabe mais caridoso da História. Em 2005, fez questão de investir na cirurgia de dois gêmeos siameses da Polônia. Em reconhecimento, recebeu um prêmio de Janikowo, cidade natal das crianças. Abdullah estabeleceu duas grandes bibliotecas na África-Ásia, uma em Riade e uma em Casablanca. O Rei Abdullah doou 50 milhões de dólares em dinheiro e 10 milhões em materiais para auxiliar na reconstrução dos lugares afetados pelo terremoto de Sichuan, de 2008. Abdullah doou 10 bilhões de dólares para o fundo patrimonial da King Abdullah University of Science and Technology, em maio de 2008.

O governo da Arábia Saudita tem como princípio, a missão de reforma, sobre a qual o Estado saudita foi fundado, representa o núcleo principal do governo. Essa missão se baseia na realização de regras islâmicas, a implementação da lei islâmica (Sharia) e impunham o bem e proibir o mal, bem como para reformar o credo islâmico e purificá-la de heterodoxias. Por isso, adota a doutrina dos verdadeiros princípios islâmicos que foram praticados no início do Islã.

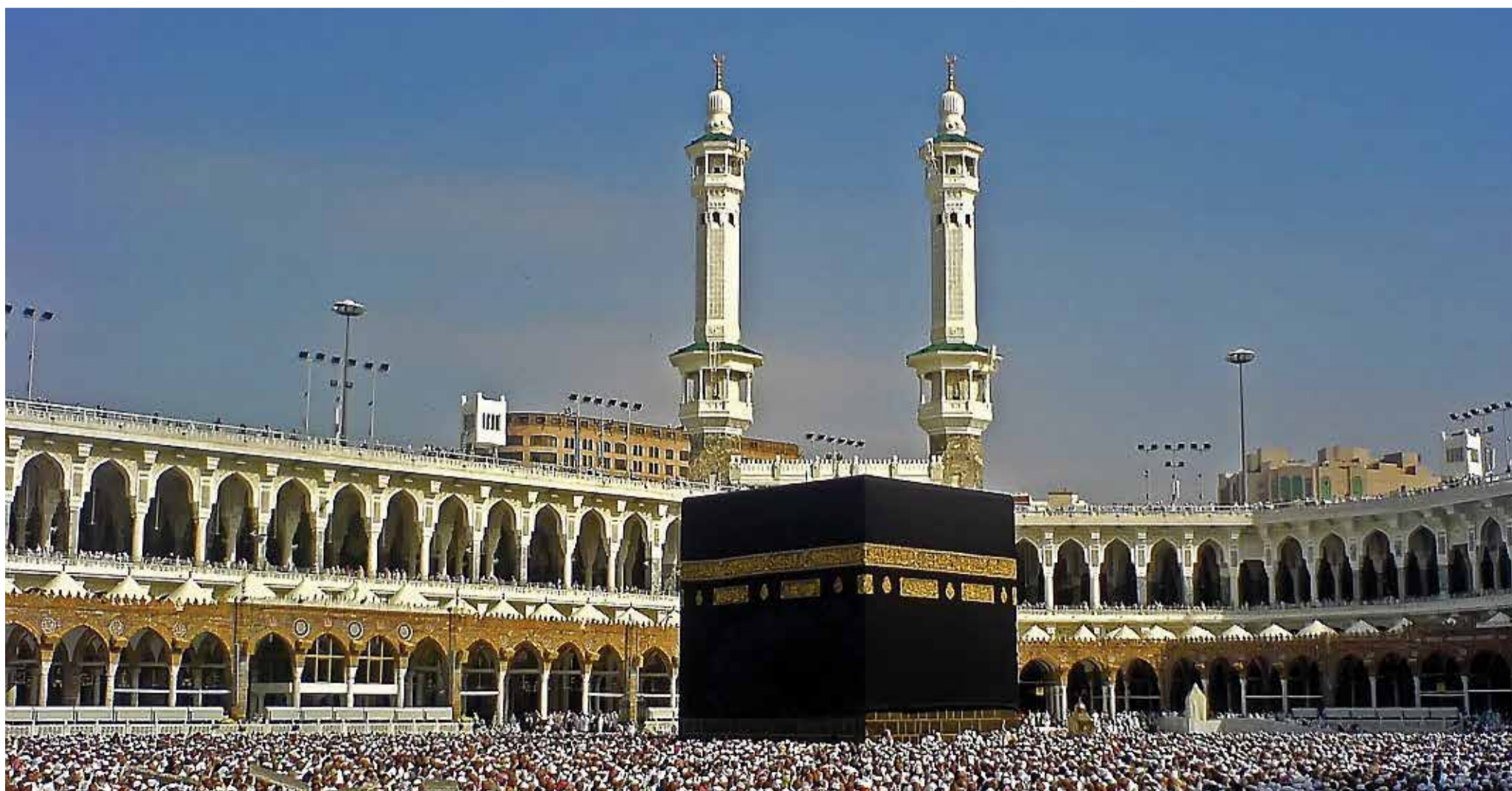
A economia progressista da Arábia Saudita

Ao longo das últimas três décadas (1970-2000), a economia saudita tem assistido a uma transformação considerável em aspectos econômicos, sociais e de vida urbana. A transformação foi

provocada por grandes investimentos do governo no âmbito do desenvolvimento de cinco anos pretende estabelecer a infraestrutura física e social do país. Isso incluiu a construção de redes de grandes estradas, pontes, barragens, aeroportos, portos e terminais marítimos, energia elétrica, usinas de dessalinização e sistemas de comunicação. Fundos substanciais também foram gastos em programas de educação, saúde e formação profissional, bem como em projetos que envolvem a construção de escolas, faculdades, universidades e hospitais gerais e especializados para os setores civis e militares. No setor industrial, enormes recursos foram aplicados na criação de parques industriais nas principais cidades, incluindo as duas cidades industriais avançadas de Jubail e Yanbu. Esses foram projetados para acomodar indústrias pesadas, tais como os projetos petroquímicos básicos, a ferro e siderúrgicas e refinarias de petróleo gigantes *set-up* pelo governo em parceria com empresas internacionais e do setor privado saudita. Uma extensa rede de gasodutos cruzando do Reino Oriental, Central e nas regiões ocidentais foi construída para transferir petróleo e gás para as refinarias e plantas petroquímicas em Jubail e Yanbu, bem como aos terminais marítimos nas duas cidades industriais para a exportação de petróleo e gás produtos no exterior.

A responsabilidade ambiental da Arábia Saudita

O Reino da Arábia Saudita dá especial prioridade à conservação do meio ambiente e seu desenvolvimento a partir dos fatores de poluição, tendo em vista as instruções religião islâmica, que visa e estimula a conservação do meio ambiente, a não danificá-lo, beneficiando os seus recursos naturais, sem extravagância. Em conformidade com esse propósito, o artigo 33 do regulamento de base regra estabelece que o país esteja trabalhando para preservar o meio ambiente, a proteção, o desenvolvimento e evitar sua poluição. Para conseguir, o país emitiu um conjunto de normas para a conservação do meio ambiente com responsabilidades para sua implementação. O Reino também seguiu uma política integrada e equilibrada durante o planejamento e implementação de programas de património natural do país, para garantir que ele não terá um efeito negativo sobre o meio ambiente. O Reino direcionou seus esforços para proteger e fazer crescer o património natural, especialmente as espécies raras, ameaçadas pela extinção dos animais, plantas, terra e aves marinhas. Em 1986, o Guardião das Duas Mesquitas Sagradas – Que Deus seja misericordioso com ele –, emitiu um decreto real para estabelecer a organização nacional para a proteção e o desenvolvimento da vida natural. Sua Alteza Real o Príncipe Sultan Ben Abdulaziz, o Vice-Premiê, o Ministro da Defesa e Aviação e do Inspetor-Geral, preside o Conselho de Administração. Desde sua fundação, a organização está fazendo seu melhor para programar uma melhor regulamentação e mais eficaz para lidar com a deterioração do sistema ambiental natural e para garantir a proteção da diversificação da vida, em nível nacional e internacional.



Meca



Dr. Josué dos Santos Ferreira

Fundador e Presidente Nacional do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB

A AMAZÔNIA E O NARCOTRÁFICO



Dr. Josué dos Santos Ferreira é editor e jornalista responsável, inscrito na Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo (DRT nº 36.203/SP), do *Jornal Notícias do Congresso Nacional*, órgão oficial de comunicação social do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB. É membro da Associação Brasileira de Jornalistas (ABJ nº 1.076) e membro da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP).

A Amazônia Brasileira é hoje uma prioridade nacional. Algumas características dessa região são:

- área de 5,2 milhões de Km²;
- densidade populacional de 3,2 hab/km²;
- 1/3 das florestas tropicais da Terra;
- maior diversidade biológica do planeta;
- maior bacia de água doce do mundo.

A Amazônia é detentora de exuberantes fauna e flora. Suas riquezas estão praticamente intocadas, e minuciosos levantamentos indicam que abriga uma das mais extraordinárias províncias minerais do planeta.

O meio ambiente transformou-se em uma das principais questões das relações internacionais. Há preocupação mundial em criar mecanismos regulatórios de preservação e controle das ações ambientais que extrapolem as fronteiras nacionais. Uma das preocupações é a concentração de gás carbônico na atmosfera, proveniente da queima de combustíveis fósseis e de biomassa, que provoca o efeito estufa, causador do aquecimento global. As queimadas no Brasil são motivo de críticas e protestos internacionais.

Nas últimas décadas, houve grande aumento da área devastada na floresta amazônica, particularmente na região conhecida como “arco do desmatamento”, ou “arco do fogo”, nos estados do Pará, de Tocantins, do Mato Grosso e de Rondônia. Começou uma cruzada preservacionista. A recusa dos Estados Unidos em aderir ao protocolo de Quioto não nos serve de alibi.

Em defesa do meio ambiente, das comunidades indígenas e de populações carentes, instalaram-se pelo mundo afora organizações não governamentais (ONGs), algumas com sinceros objetivos humanitários e de proteção ambiental, outras com atividades subordinadas aos interesses de seus países de origem, que financiam os projetos.

No Brasil, a criação de uma consciência coletiva da população sobre a preservação e o desenvolvimento da Amazônia aumentou o espaço e a liberdade de ação de ONGs que defendem a intocabilidade da Amazônia. Elas criam sucessivos entraves ao desenvolvimento e à integração da região ao resto do país e – o que merece uma discussão filosófica – defendem uma mentalidade infensa ao progresso e à modernidade.

Como principais causadores da degradação do meio ambiente da região, o movimento ecologista aponta: a ação das mineradoras; os garimpos de ouro; a extração de madeira; o avanço da fronteira agrícola; a implantação de novas estradas, ferrovias e hidrovias; o surgimento de novas concentrações populacionais; e o crescimento das áreas urbanas já existentes. A partir daí, muitas vezes generalizam-se as críticas, difundindo a ideia de que toda ação voltada para desenvolver e integrar a região é maléfica.

Todos os fatores acima, de fato, agridem o ecossistema. Além disso, há evidências de que impactos ambientais excedentes são fatores de custo, que não estão sendo contabilizados, mas pesam sobre o funcionamento da economia. Mas é perfeitamente possível desenvolver a região sem causar impactos ambientais desnecessários.

Não podemos nem precisamos abandonar a ideia de desenvolvimento. Nem devemos, por outro lado, defender o desenvolvimento feito a qualquer custo ambiental, como se ele fosse um exercício legítimo de soberania. Como mencionamos, no debate atual há falsa oposição entre o desenvolvimentismo conservador e o conservadorismo ambientalista. Os dois levam-nos ao mesmo lugar: uma Amazônia deserta de brasileiros, os quais têm o direito de usufruir as riquezas de uma região que constitui o passaporte para um futuro melhor para as novas gerações.

O Brasil tem todas as condições para definir um projeto racional de desenvolvimento, ocupar e desfrutar as riquezas da região. Não é necessário abrir mão de nossa soberania para realizar uma ocupação inteligente, economicamente viável e ambientalmente sustentável. Ao contrário. Essa é a forma de neutralizar as pressões internacionais que se escondem por trás de certos discursos.

Sob o argumento de que o governo brasileiro é relapso diante de uma iminente tragédia ambiental e incapaz de frear queimadas e desmatamentos, aumentam as pressões. Por seu potencial biológico e mineral, a Amazônia tem sido vista como

reserva estratégica mundial. Pressões econômicas e ataques políticos são frequentes. As riquezas da região, mais do que as preocupações ecológicas, levam os países desenvolvidos a contestar nossa soberania, sob o pretexto de proteger o interesse coletivo e preservar o meio ambiente, evitando o desflorestamento e as alterações climáticas e meteorológicas. Não é descabido pensar que essa posição pode radicalizar-se e desdobrar-se, inclusive, em intervenções militares. No atual contexto geopolítico, há vários vetores de internacionalização da Amazônia.

A Amazônia ocupa um lugar de crescente destaque nessa “politização da natureza”. A partir de reais problemas ambientais, relacionados com a forma de ocupação da região nos últimos cinquenta anos, construiu-se uma polêmica maniqueísta que, cada vez mais, constitui um obstáculo à exploração racional e sustentável. Duas posições interditam a evolução do debate. Numa delas, o sentido da opinião é inequívoco: o Brasil é incompetente para administrar a Amazônia e, esta, em última instância, é um patrimônio da Humanidade. A citação que abre este capítulo ilustra a tese. Vejamos outros exemplos: “O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia.”, François Mitterrand, Presidente da França, 1989. “Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós” (Al Gore, Senador e ex-Vice-Presidente dos Estados Unidos, 1989). “A destruição da Amazônia seria a destruição do mundo” (Parlamento italiano, 1989). “O Brasil deve delegar parte dos seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes” (Mikhail Gorbachev, Presidente da União Soviética, 1992). “A Amazônia é um patrimônio da Humanidade. A posse dessa imensa área pelos países (amazônicos) é meramente circunstancial” (Conselho Mundial de Igrejas Cristãs, Genebra, 1992).

A Agenda 21, aprovada pela Conferência Rio-92, além de priorizar a ideia de desenvolvimento sustentável como norteadora das políticas de desenvolvimento, reflete a preocupação mundial em criar mecanismos regulatórios de preservação e controle das ações ambientais. Diversos organismos internacionais começaram a apoiar ativamente o combate à degradação ambiental, que, junto com o combate à pobreza, passou a ser um dos fundamentos do desenvolvimento sustentável. A partir das preocupações ambientais com o aquecimento global, implementou-se um conjunto de medidas e políticas. Quase todas, de alguma forma, arranham a soberania dos diferentes países, pois um problema global pressupõe soluções internacionais.

A defesa do meio ambiente, das comunidades indígenas e de populações carentes deu origem a um movimento internacional que, ora manejado explicitamente pelas potências como instrumentos de geopolítica, ora tratado por instituições não estatais, cerceia a ação dos Estados e enfraquece o exercício da soberania em áreas estratégicas para os projetos nacionais de desenvolvimento. Com a justificativa de que a questão ambiental é mundial, recursos dos países do G-7 têm sido destinados aos países do Terceiro Mundo para apoiar projetos que interessam às potências. Grupos de trabalho transnacionais e consultores internacionais dirigem a aplicação de recursos dentro de órgãos governamentais dos países hospedeiros, descartando-se qualquer ângulo nacional no tratamento das questões.

O crescimento e a importância que as ONGs estão assumindo são um fenômeno recente. No contexto de um movimento neoliberal, em que o Estado é demonizado, essas entidades se apresentam como dotadas de um caráter público nãoestatal. No Hemisfério Norte, seu caráter contestatório é marcante e funda uma “nova política”, calcada em novas questões. No resto do mundo, seu papel é diferente: buscam substituir o Estado, que foi e ainda é pouco público e pouco democrático. Aqui, o discurso neoliberal tem aparente aderência. É, por excelência, o território das ONGs. Elas buscam recursos públicos e internacionais e, muitas vezes, com apoio dos organismos internacionais de financiamento, desenvolvem atividades paraestatais.

Na Amazônia, a partir da década de 1990, dois fatores atuaram para dar grande força e penetração às ONGs. O primeiro deles, que vem dos primeiros tempos da ocupação, ainda no período colonial, refere-se à natureza das instituições estatais naquela região. Elas nunca tiveram caráter público. Nos três níveis – municipal, estadual e federal –, bem como nos três poderes, a apropriação das instituições públicas pelas elites ocorreu sem nenhuma limitação. Com exceção da Cabanagem, movimento popular que se espalhou por toda a Amazônia na primeira metade do século XIX, os demais movimentos e enfrentamentos sociais foram dispersos e localizados.

A própria forma de ocupação do interior amazônico, ao longo dos rios, não deu origem a espaços públicos. Os rios eram a única via de contato com o resto do país. O dono do barco dominava o transporte, o comércio e, por meio deste, a produção. As instituições republicanas foram construídas a partir dessa base. Não é

de se espantar que se tenha desenvolvido um conjunto de instituições essencialmente privadas e voltadas para a acumulação também privada, num tecido antidemocrático e complacente com a ilegalidade e, às vezes, com o crime.

O segundo fator relacionado à proliferação das ONGs está associado à supervalorização, pela Constituição, das questões ambiental e indígena, bem como a uma nova forma de implementação de políticas públicas, com incentivo do Banco Mundial e outros organismos internacionais, que passaram a privilegiar a parceria com essas entidades, evitando a execução das atividades pelo Estado. Essas organizações atuam como intermediárias entre a população e as instituições estatais.

O Narcotráfico

O narcotráfico é o mais incontrolável dos atores presentes no cenário amazônico e um dos principais problemas do mundo contemporâneo. Seu poder financeiro corrói as instituições, coopta populações, perverte valores e produz uma globalização criminosa que afeta as nações e distorce as relações internacionais.

A utilização do narcotráfico para fins políticos e de dominação é antiga. O uso da aguardente no tráfico negreiro e a Guerra do Ópio são dois exemplos numa coleção quase inumerável. Em tempos mais recentes, alguns escândalos envolvendo serviços de inteligência e contrabando de armas e de drogas foram estampados nas primeiras páginas dos jornais.

O poder do narcotráfico não pode ser subestimado: é um dos maiores negócios do mundo. Num mundo de negócios, ele se torna atraente, apesar das restrições ético-legais. A cumplicidade do sistema financeiro internacional na circulação e lavagem do narcodineiro também não deve ser ignorada. Apesar do estigma de atividade criminosa, seus bilhões ou trilhões – os números são fantásticos – passam por bancos de todo o mundo e são submetidos a todos os controles.

O crescimento do narcotráfico ameaça os Estados nacionais dotados de frágil arcabouço institucional. A possibilidade de estabelecimento de narcoestados, ou estados narcotraficantes, já foi ensaiada em várias oportunidades. A promiscuidade entre o crime e a política, a corrupção, a impunidade e a inexplícita desregulamentação financeira atuam como caldo de cultura para o surgimento dessa moderna perversão político-institucional.

Na América do Sul, o narcotráfico vem se transformando em problema crítico. Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Paraguai, Venezuela e Brasil são países que, em diferentes graus e funções, estão deixando-se enredar por essas atividades. A Amazônia, apesar de não ser o centro de produção das drogas – maconha, coca ou papoula –, é o eixo que conecta os diferentes centros e abriga as atividades logísticas e, indiscutivelmente, uma importante rota de escoamento da droga.

Nas últimas décadas, o problema do narcotráfico no continente ganhou um novo e terrível ingrediente: a associação com movimentos guerrilheiros. Movimentos guerrilheiros na Colômbia e no Peru têm relações estreitas com ele. As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) têm bases permanentes próximas a Letícia, na fronteira com o Brasil, junto ao rio Solimões. A guerra civil na Colômbia, que dura quatro décadas, está se espalhando para além das porosas fronteiras regionais, levando a seus cinco vizinhos um complicado caldeirão de rebeldes armados, esquadrões da morte, droga e refugiados.

Na zona fronteiriça amazônica, o Brasil enfrenta sérios problemas com o narcotráfico nas bacias dos rios Javari e Juruá, no Acre, e nas bacias do próprio Solimões e do Içá, no Amazonas. As embarcações regionais de carga são utilizadas para o transporte da droga. Além desse tráfico já conhecido, tem causado crescente preocupação o plantio de maconha em diversas áreas da Amazônia, especialmente onde se registra o empobrecimento de populações rurais pela falta de opções econômicas. Outros problemas fomentados pelo narcotráfico são o desmatamento de grandes áreas para o plantio de coca e a poluição dos rios, seja pelos resíduos industriais de sua atividade, seja pelos produtos químicos utilizados no combate às plantações.

A internacionalização do crime, inerente à atividade do narcotráfico, viabiliza a internacionalização da repressão, com o conseqüente enfraquecimento de um dos pilares da soberania do Estado nacional: o monopólio da força e da lei. A cooperação internacional dá-se com uma divisão internacional do trabalho na área de segurança, que abre espaço para um papel subalterno das instituições de segurança dos países menos desenvolvidos. A desproporção de meios entre os inimigos (Estados e organizações narcotraficantes) e entre os aliados (países ricos e pobres) atua para fragmentar um dos aspectos mais importantes da soberania na região. Em resumo, o crime e a repressão internacionalizada perfuram a soberania dos Estados nacionais na Amazônia.



Ban Ki-moon

Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas – ONU

O SECRETÁRIO-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, BAN KI-MOON, DIZ QUE JUSTIÇA SOCIAL E PROTEÇÃO AMBIENTAL SÃO METAS URGENTES E PRIORITÁRIAS PARA SEREM ALCANÇADAS



justiça social e a proteção ambiental são metas universais igualmente urgentes e intrinsecamente ligadas, e é necessário que seja deflagrada uma ação global coordenada em ambas as frentes na Rio+20. A mensagem do Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, foi dirigida a uma plateia de especialistas em desenvolvimento, líderes da sociedade civil e funcionários de governos que participaram do primeiro Fórum Global de Desenvolvimento Humano, em Istambul.

“O mundo está numa encruzilhada”, disse o Secretário-Geral. “Nós precisamos que todos – ministros de governo e parlamentares, líderes empresariais e da sociedade civil e os jovens – trabalhem juntos para transformar nossas economias, para tornar nossas sociedades mais justas e equitativas e para proteger os recursos e os ecossistemas dos quais nosso futuro comum depende.”

O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2011, produzido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) - “Sustentabilidade e Equidade: Um Futuro Melhor para Todos”, que defende que as desigualdades sociais e riscos ambientais devem ser combatidos em conjunto para o bem das futuras gerações – serviu de base para o encontro de dois dias em Istambul. O fórum foi organizado para examinar os desafios sociais, econômicos e ambientais que o mundo enfrenta hoje, incluindo a adoção de melhores abordagens para avaliar o progresso das nações e do mundo como um todo.

“O conceito de desenvolvimento humano tem origem na justificada insatisfação com o uso do Produto Interno Bruto como única medida do progresso humano”, observou o Secretário-Geral em seu comunicado. “Embora esse entendimento se tenha tornado uma espécie de referência em nosso pensamento sobre desenvolvimento, continua a haver uma necessidade de mudar radicalmente nossa forma de qualificar e de medir o progresso”, afirmou Ban Ki-moon.

A Administradora-Adjunta do PNUD, Rebeca Grynsman, e o Vice-Primeiro-Ministro da Turquia, Ali Babacan, inauguraram o fórum, salientando a importância da ação coletiva global na Conferência Rio+20, que foi realizada no Brasil. “Este fórum foi particularmente oportuno e importante”, disse Rebeca. “Foi uma oportunidade única para debater temas que levamos para o Brasil, refletindo sobre o que aprendemos desde a Conferência de Estocolmo, em 1972, e a Cúpula da Terra, em 1992.”

Mais de cem chefes de Estado participaram da Rio+20, o que fez desse evento uma das maiores reuniões de alto nível dos últimos tempos. “Temos de reconhecer que o crescimento desigual e com elevada emissão de carbono destruirá a si mesmo ao produzir agitação social e violência e ao destruir os habitats naturais essenciais para a subsistência”, acrescentou Rebeca. “Precisamos de um novo paradigma de crescimento e de uma nova abordagem para a economia política do desenvolvimento sustentável.”

O Fórum Global de Desenvolvimento Humano culminou com a Declaração de Istambul, articulando as metas e prioridades conjuntamente propostas para a Rio+20 pelos participantes.

“O desenvolvimento sustentável reconhece que nossos objetivos econômicos, sociais e ambientais não são metas concorrentes que devem ser trocadas umas pelas outras, mas, sim, que eles são objetivos interligados que são mais efetivamente buscados em conjunto e de forma holística”, disse o Secretário-Geral em sua mensagem. “Acreditamos em um resultado na Rio+20 que reflita esse entendimento e que se relacione com as preocupações de todos.”

O Vice-Primeiro-Ministro Babacan, membro do Painel de Alto Nível sobre Sustentabilidade Global do Secretário-Geral das Nações Unidas, pediu a adoção de novos Objetivos de Desenvolvimento Sus-

tentável para orientar as prioridades globais após a conclusão dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), em 2015. Cevdet Yilmaz, Ministro do Desenvolvimento da Turquia, que moderou a discussão do Fórum sobre Contrato Social: Construindo Equidade e Sustentabilidade, disse: “O fórum oferece uma plataforma sólida para compartilhar pontos de vista diferentes sobre o objetivo universal de termos pessoas resilientes e um planeta resiliente”.

Com alguns dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio já alcançados, mais metas deverão ser cumpridas até a data-limite de 2015. “Apesar disso, alguns desafios devem ser tratados com urgência para que haja sucesso em relação a outros objetivos”, disse o Secretário-Geral das Nações Unidas.

Com base em estatísticas oficiais abrangentes, o Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2013 mostra que as ações conjuntas dos governos nacionais, da comunidade internacional, da sociedade civil e do setor privado estão tornando realidade o cumprimento dos ODMs.

“Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio têm sido o impulso global antipobreza mais bem-sucedido da História”, disse Ban Ki-moon. “Os ODM têm provado que objetivos focados de desenvolvimento global podem fazer uma grande diferença.”

As oito metas foram acordadas por todos os países como uma consequência da Cúpula do Milênio das Nações Unidas, em 2000. Com a melhoria de vida de milhões de pessoas por meio do cumprimento das metas de redução da pobreza, do aumento do acesso à água potável, da melhoria na qualidade de vida dos moradores de favelas e da conquista da paridade de gênero no ensino primário, o Relatório afirma que o progresso notável em outras áreas significa que mais metas dos ODMs podem ser alcançadas até 2015.

Milhões de vidas salvas

De acordo com o Relatório, ganhos significativos têm sido obtidos na área da saúde. Entre 2000 e 2010, as taxas de mortalidade causadas pela malária caíram mais de 25% no mundo, e cerca de 1,1 milhão de mortes foram evitadas.

As taxas de mortalidade por tuberculose em nível global e em várias regiões poderão ser reduzidas pela metade até 2015, em comparação com os níveis de 1990. Entre 1995 e 2011, um total acumulado de 51 milhões de pacientes com tuberculose foram tratados com sucesso, salvando 20 milhões de vidas.

O Relatório observa que, enquanto as novas infecções pelo HIV estão em declínio, cerca de 34 milhões de pessoas viviam com HIV em 2011. No fim de 2011, 8 milhões de pessoas estavam recebendo terapia antirretroviral para o HIV, ou aids, nas regiões em desenvolvimento, e a meta dos ODMs de acesso universal à terapia antirretroviral continuará acessível até 2015 se as tendências atuais forem mantidas, afirma o Relatório. “A meta de reduzir pela metade a porcentagem de pessoas que sofrem de fome até 2015 está ao nosso alcance”, diz o Relatório. A proporção de pessoas subnutridas no mundo diminuiu de 23% em 1990-1992 para 15% em 2010-2012.

É necessário acelerar

Em todo o mundo, a taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos caiu em 41% – de 87 mortes por mil nascidos vivos em 1990 para 51 em 2011, o que significa 14 mil mortes a menos de crianças por dia. Cada vez mais, as mortes de crianças concentram-se nas regiões mais pobres. O primeiro mês de vida é o mais vulnerável.

Globalmente, a taxa de mortalidade materna diminuiu 47% ao longo das últimas duas décadas, de 400 para 210 mortes maternas por 100 mil nascidos vivos entre 1990 e 2010. O Relatório observa, no entanto, que o cumprimento dessa meta dos ODMs – de redução

dos números de 1990 em 3/4 – exigirá intervenções aceleradas e forte apoio de políticas para mulheres e crianças.

Entre 2000 e 2011, o número de crianças fora da escola caiu quase pela metade – de 102 para 57 milhões – mas o Relatório infere que a muitas crianças ainda é negado o direito à educação primária. De 1990 a 2011, 1,9 bilhão de pessoas ganharam acesso a instalações sanitárias, vasos sanitários ou outra melhoria nas instalações de saneamento, mas 2,5 bilhões ainda carecem de melhorias nessa área.

O Relatório também observa que a base de recursos do planeta está em sério declínio, com perdas contínuas de florestas, espécies e populações de peixes, em um mundo que já sofre os impactos das mudanças climáticas.

Progresso desigual

O Relatório recomenda que a atenção global precisa concentrar-se sobre as disparidades. O progresso em direção aos oito ODMs tem sido desigual não só entre regiões e países, mas também entre grupos populacionais internos.

As pessoas que vivem em situação de pobreza ou em áreas rurais permanecem em uma desvantagem injusta. Em 2011, apenas 53% dos nascimentos em áreas rurais foram assistidos por pessoal de saúde qualificado, em contraste com 84% nas áreas urbanas. Oitenta e três por cento da população sem acesso a fontes apropriadas de água potável vivem em comunidades rurais.

Ajuda financeira em queda para países mais pobres

O cumprimento dos Objetivos é prejudicado pela redução da ajuda financeira global, e os países mais pobres são os mais afetados negativamente, afirma o Relatório. Em 2012, desembolsos líquidos de países desenvolvidos para países em desenvolvimento totalizaram 126 bilhões de dólares. Isso representa uma redução de 4% em termos reais em relação a 2011, que já foi 2% abaixo dos níveis de 2010.

A queda afetou mais severamente os países menos desenvolvidos. Em 2012, a assistência bilateral oficial ao desenvolvimento para esses países caiu 13%, em torno de 26 bilhões de dólares. No entanto, o Relatório mostra que os encargos menores da dívida e melhor acesso ao comércio estão beneficiando os países em desenvolvimento.

ODMs e agenda de desenvolvimento pós-2015

A ONU está trabalhando com governos, sociedade civil e outros parceiros para aproveitar o impulso gerado pelos ODMs para a elaboração de um acordo ambicioso, mas realista, de agenda para o período após a data-limite dos ODMs, no fim de 2015.

O Relatório afirma que uma conclusão bem-sucedida para os ODMs será importante alicerce para uma agenda de desenvolvimento posterior e que o volume de experiências e lições aprendidas com os ODMs beneficiará as perspectivas de progresso contínuo.

“Por meio da ação acelerada, o mundo pode alcançar os ODMs e gerar uma dinâmica para um quadro de desenvolvimento ambicioso e inspirador pós-2015”, afirma o Secretário-Geral da ONU. “Agora é a hora de intensificar nossos esforços para construir um futuro mais justo, seguro e sustentável para todos.”

O Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, uma avaliação anual do progresso global e regional rumo aos ODMs, reflete dados mais abrangentes e atualizados, compilados por mais de 27 agências internacionais e da ONU, e é produzido pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas.



**AMOR PELA
VIDA**

Faça parte desta história!

**Sua empresa pode financiar a
construção do nosso Centro de
Reabilitação e Reinserção Social de
Dependentes de Drogas
Amor pela Vida, criado pelo IDELB.**

**Um centro de referência na América
Latina com atuação nas áreas de
tratamento, ensino e pesquisa para a
recuperação de dependentes de drogas.**



**CENTRO DE REABILITAÇÃO E REINserÇÃO
SOCIAL DE DEPENDENTES DE DROGAS DO
INSTITUTO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS BRASILEIRO - IDELB**

PROJETO SOCIAL "SALVANDO VIDAS DAS DROGAS"

Save your life forever

Para mais informações, acesse: www.idelb.org.br/amor_pela_vida.php

AS DOAÇÕES PARA O PROJETO SOCIAL "SALVANDO VIDAS DAS DROGAS" TÊM AMPARO LEGAL NO ART. 68 DA LEI FEDERAL Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006, QUE INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS – SISNAD. O REFERIDO ARTIGO É CONTEMPLADO PELA SEGUINTE REDAÇÃO: "A UNIÃO, OS ESTADOS, O DISTRITO FEDERAL E OS MUNICÍPIOS PODERÃO CRIAR ESTÍMULOS FISCAIS E OUTROS, DESTINADOS ÀS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS QUE COLABOREM NA PREVENÇÃO DO USO INDEVIDO DE DROGAS, ATENÇÃO E REINserÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS E DEPENDENTES E NA REPRESSÃO DA PRODUÇÃO NÃO AUTORIZADA E DO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS".



Dr. Paulo Skaf

Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP

HORA DE MUDAR O BRASIL

Nos últimos anos, a indústria brasileira obteve grandes conquistas. Tivemos expressivas vitórias, como a extinção da CPMF, a redução da conta de luz para todos os brasileiros, a modernização dos portos e as desonerações da folha de pagamento de vários setores da indústria e da cesta básica. Essas medidas ajudaram a reduzir o custo Brasil, bem como geraram empregos e maior renda. Mostraram que estamos no caminho certo e que, se tivermos vontade política, podemos fazer mais. A FIESP não tem medido esforços para contribuir, perante o Executivo e o Legislativo, com estudos e soluções que ajudam a resgatar a competitividade do Brasil.

Não podemos mais conviver com uma carga tributária intolerável, próxima de 38% do PIB, que afasta investimentos e desestimula quem quer produzir. Também precisamos criar marcos regulatórios consistentes, que atraiam investimentos para o programa de concessões de rodovias, ferrovias, aeroportos e portos. Ou fazemos isso ou nunca resolveremos os nossos crônicos gargalos de infraestrutura e logística, problemas que há muito deveriam estar sendo combatidos e, em grande parte, já poderiam estar parcialmente resolvidos.

Se pegarmos a melhor empresa do mundo e a colocarmos no Brasil, ela sofrerá imediatamente sérios problemas de competitividade – e não apenas pela carga tributária elevada ou pela infraestrutura de transportes e logística precária, mas também devido a juros e *spreads* bancários elevados. É por isso que precisamos virar definitivamente a página de discursos que não fazem o menor sentido, como o de que os asiáticos são os culpa-

dos pela nossa falta de competitividade. Eles, assim como os norte-americanos, os europeus e nossos parceiros latino-americanos, estão em vantagem porque produzem a custos menores do que os nossos, porque desfrutam de políticas econômicas mais eficazes.

A falta de competitividade de nossa indústria não está da porta para dentro, mas da porta para fora das fábricas. Essa é a verdade. Nossas indústrias estão preparadas para garantir a competitividade do Brasil tão logo tenham atendidas as reivindicações básicas para que isso ocorra. O Brasil tem fábricas modernas e bem equipadas. Geram milhões de empregos, contam com gente bem capacitada, pagam bons salários, oferecem excelentes benefícios e colaboram decisivamente para que as famílias tenham uma renda maior.

Um dos maiores desafios do Brasil neste momento é desestruturar a infraestrutura e a logística. Nesse sentido, a FIESP concluiu e divulgou recentemente um amplo estudo sobre o desempenho da infraestrutura de transportes do país, que dá a exata dimensão de nossa falta de competitividade. Ele indica que precisamos aumentar três vezes nossos índices para atingir os melhores níveis praticados pelos principais competidores internacionais. É inaceitável que a 6ª ou 7ª maior economia do mundo ainda esteja tão distante do ponto ideal.

Temos que tirar do papel, o mais rápido possível, as concessões de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos – até porque obras de infraestrutura são demoradas, mas precisam ser feitas, e temos muita urgência. Para que se tenha uma ideia,

nosso estudo sobre infraestrutura de transportes mostra que a maior malha viária do país, a de rodovias, com uma média de 2,5 mil quilômetros por 10 mil habitantes, tem apenas 43% do padrão de excelência internacional, que é de quase 4,8 mil quilômetros por 10 mil habitantes.

Também estamos muito preocupados com o crescimento econômico do Brasil – outro ponto fundamental para o resgate da competitividade – e, nesse sentido, acabamos de divulgar um amplo estudo no qual propomos um plano estratégico para dobrar o PIB *per capita* e elevar o IDH nos próximos quinze anos, entre 2014 e 2029, a um ritmo de 5,3% por ano. É plenamente possível fazer isso combatendo os problemas estruturais e, ao mesmo tempo, reduzindo a carga tributária e o custo do crédito para investimentos.

Esse estudo mostra que reduzir e modernizar a burocracia tributária é fundamental para que o Brasil avance e se torne mais competitivo. É importante acabar definitivamente com o acúmulo de créditos, eliminar a cumulatividade de tributos e unificar tributos sobre valor adicionado e renda. As medidas de curto prazo que têm sido adotadas são interessantes, mas o que precisamos, de fato, é de planejamento de longo prazo que dê segurança a todos os setores da indústria, aos investidores e à economia em geral.

O que não podemos mais é viver só de medidas pontuais. Precisamos avançar e podemos fazer isso unindo esforços. Temos consciência de que os problemas do Brasil estão dentro do próprio Brasil. Sabemos quais são e, com muito esforço e vontade política, podemos resolvê-los.





Douglas Costa

Diretor de Mercado do Grupo Petrópolis

GRUPO PETRÓPOLIS E AS NOVAS ATIVIDADES NO NORDESTE

Nós, do Grupo Petrópolis, costumamos sempre dizer: esta é uma empresa 100% brasileira. A frase, evidentemente, diz respeito a questões de capital, no sentido econômico. Mas, em outros sentidos, diz também muito sobre o que pensa o grupo no dia a dia de suas atividades. O Grupo Petrópolis nasceu dentro do Brasil, sempre trabalhou no Brasil, oferece empregos e oportunidades aos brasileiros, procura entender todos os significados do que é ser brasileiro e vem ampliando sistematicamente sua presença no país.

Antes concentradas no Sudeste do país, as atividades do Grupo Petrópolis foram se expandindo para o Centro-Oeste e agora chegam ao Nordeste do Brasil. Duas fábricas estão sendo construídas, num investimento de aproximadamente R\$ 1 bilhão. A primeira, a ser inaugurada ainda em 2013, localiza-se em Alagoinhas, a 108 km de Salvador, na Bahia. A segunda, que começa a produzir no ano que vem, fica em Itapissuma, a 45 km de Recife, em Pernambuco. As duas unidades devem ampliar em quase 50% a produção de cerveja do grupo, somando uma capacidade produtiva de cerca de 12 milhões de litros por ano. Estrategicamente, centros de distribuição serão criados em várias cidades nordestinas. Todos esses investimentos acabarão resultando na geração de mil empregos diretos e de mais de 3 mil indiretos. Atualmente, as quatro fábricas do grupo, que estão em Petrópolis (RJ), Teresópolis (RJ), Boituva (SP) e Rondonópolis (MT), são responsáveis pela geração e manutenção de 16,7 mil empregos, entre diretos e indiretos.

Ao escolher o Nordeste para os projetos de ampliação, o grupo levou em consideração o constante crescimento da região e a ampliação do poder aquisitivo da população. Uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou um aumento de mais de 70% na renda da população no Nordeste em uma década, quase o dobro da média nacional. Não é à toa que, a cada ano, a região vê surgir novos investimentos.

Além disso, a região Nordeste é estrategicamente bem localizada, com portos e infraestrutura rodoviária que contribuem para boa distribuição dos produtos e facilitam a aquisição de matéria-prima.

Atualmente, o Grupo Petrópolis não chega a 1% do mercado local, mas deve crescer rapidamente nos próximos anos, repetindo o êxito alcançado em outras regiões.

Para que os investimentos do grupo consigam um retorno eficiente e os empregos a serem oferecidos se consolidem, o Grupo Petrópolis escolheu a grande paixão brasileira, o futebol, a fim de se apresentar ao consumidor nordestino.

A opção pelo futebol parece ser a mais acertada, como atesta uma pesquisa do Ibope Inteligência, divulgada este ano, no qual 77% dos entrevistados responderam que o esporte bretão é a grande paixão dos brasileiros. A mesma pesquisa apontou que a cerveja é a segunda maior paixão nacional, ganhando até do Carnaval.

Patrocinar as arenas Pernambuco e Fonte Nova foi, então, o caminho natural e estratégico que escolhemos e que a pesquisa atesta como acertado. O modelo adotado foi o de *naming rights*, direito de concessão de nomes em eventos ou locais para marcas de produtos ou empresas. Claro que esses dois palcos tradicionais do esporte só podiam receber o nome da marca do grupo que mais cresceu no Brasil: a cerveja Itaipava.

Em 2001, quando começou a ser comercializada, a Itaipava era quase que desconhecida pelos brasileiros. Uma década depois, já é uma das cervejas mais consumidas do país. Em dez anos, o Grupo Petrópolis passou de menos 1% de *market share* para a vice-liderança do setor no país, com mais de 11% de participação de mercado.

Assim, dois tradicionais estádios nordestinos passaram a ter Itaipava no nome: Itaipava Arena Fonte Nova e Itaipava Arena Pernambuco. Mas, mais do que um nome, esses investimentos

marcam a presença do grupo na vida dos nordestinos, seja nos jogos de futebol, seja em outros eventos esportivos ou culturais. Os direitos de uso foram assinados para uma concessão de dez anos, mas poderão ser ampliados por mais vinte anos.

Vale lembrar que os esportes têm sido um foco importante do Grupo Petrópolis. Em 2012, começamos a patrocinar o campeonato carioca e, este ano, a Copa do Brasil, ambos com a marca Itaipava. Nesses eventos, estratégias de *marketing* estão sendo adotadas. Um exemplo é o concurso Comentarista 100%, que escolherá o melhor comentarista amador da Copa do Brasil. Além disso, o energético TNT, outro carro-chefe do grupo, tem patrocinado diversos atletas em diversas modalidades, como a escuderia Ferrari (com Felipe Massa e Fernando Alonso), grandes lutadores de MMA (José Aldo e Júnior Cigano) e diversos atletas de vários outros esportes, como ciclismo, skatismo, paraquedismo etc.

Os planos para o Nordeste, no entanto, não param com a Itaipava. O Grupo Petrópolis projeta também trabalhar outras marcas, sejam o energético e o isotônico, sejam as cervejas especiais.

Assim, os investimentos no Nordeste são um importante capítulo na história desta empresa 100% brasileira e que tem o segundo lugar no mercado de cervejas. A torcida de todos os que colaboram com o Grupo Petrópolis é a de que esse capítulo torne possível a existência de outros fatos novos.

Como plano estratégico, o Grupo Petrópolis tem a intenção de, até o fim desta década, não ser apenas uma empresa 100% brasileira, mas transformar-se em uma empresa presente em 100% do território brasileiro. Após os investimentos no Nordeste, o grupo pretende estudar as melhores maneiras de investir tanto no Sul quanto no Norte do país.

Por fim, o Grupo Petrópolis acredita que os passos rumo ao Nordeste são decisivos para consolidar uma posição segura e, ao mesmo, desafiadora, no qual todos têm a ganhar.



O empresário Walter Faria e o governador Jaques Wagner durante o primeiro envase de garrafas da unidade de Alagoinhas (BA) do Grupo Petrópolis, em agosto de 2013.



Deputado Agaciel Maia

Vice-Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal



CIDADÃO SERÁ AVISADO SOBRE VENCIMENTO DE SUA CARTEIRA DE HABILITAÇÃO



Em face às inúmeras constatações de que a sociedade civil “clama” por mais informações de seus direitos e deveres, apresentamos na Câmara Legislativa do Distrito Federal o Projeto de Lei nº 1.425/2013, que dispõe sobre a obrigatoriedade de envio, pelos Correios, de comunicação sobre o vencimento da validade da carteira de habilitação.

O comunicado deverá ser feito ao condutor com antecedência mínima de trinta dias, por meio dos Correios, pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal (DETRAN/DF).

O objetivo da proposta é lembrar aos motoristas da validação de sua carteira, uma vez que as habilitações são expedidas com longo prazo de validade, e muitas vezes o motorista é surpreendido, pela falta de atenção, pelo iminente vencimento ou constata que a validade expirou. Nesse caso, a renovação ficará sujeita a multa por atraso, e ainda, em caso de o condutor ser flagrado em fiscalização, este estará sujeito a multa gravíssima e mesmo retenção do veículo.

De acordo com o artigo 162, “o condutor que dirigir veículo com validade da Carteira Nacional de Habilitação vencida há mais de trinta dias está sujeito a apreensão do veículo e retenção da CNH”.

Nossa proposta tem o objetivo de alertar o condutor para que este possa providenciar, em prazo hábil, a renovação de sua CNH. Caso não o faça, ficará sujeito às penalidades da legislação.

Com a lei em vigor, o Detran estará prestando ao cidadão serviço personalizado, evitando multas desnecessárias e recolhimento do veículo, fato bastante constrangedor, além de agravar, em muito, a situação dos pátios daquela autarquia.

O Poder Executivo tem primado por essa conduta de “parceiro do cidadão” quando, por exemplo, avisa pelos meios de comunicação os vencimentos dos prazos do IPTU e do IPVA.

O portador da CNH é um cidadão e, ao mesmo tempo, um consumidor e contribuinte.

Em outros Estados da Federação, o DETRAN já adotou esse procedimento, o que tornou mais moderna e ágil a prestação de serviços ao cidadão, que recebe um comunicado com toda a orientação para o processo de renovação da CNH. Em alguns Estados, existem três tipos de carta: uma com aviso de renovação, que já vai com a guia de pagamento do serviço de renovação, bastando, então, agendar, pela internet, o exame médico. A nova CNH será expedida para o endereço de residência do cidadão.

Se a carta enviada for um aviso de impossibilidade de renovação, como, por exemplo, no caso de carteira cassada, a pessoa deve dirigir-se a um posto de atendimento do DETRAN.

Há, ainda, um aviso diferente para as pessoas que necessitam fazer nova biometria e foto. Nesse caso, o motorista deve fazer a renovação presencial e, para tanto, comparecer a um posto do DETRAN.

Se não receber nenhum aviso, seja por extravio, seja por endereço desatualizado, o cidadão deverá comparecer a um posto do DETRAN para fazer a atualização dos dados e a renovação da CNH.



CÂMARA LEGISLATIVA DISTRITO FEDERAL

Ministério da
Cultura

Whirlpool[®]
HOME APPLIANCES
Designed to Simplify™

apresentam



AWARD

Arquitetura & Design

O **W'AWARD** Arquitetura & Design, tem como objetivo estimular e promover a produção criativa de profissionais, escritórios e empresas das áreas de Arquitetura e Design, propondo uma premiação em formato inovador: a comissão julgadora, composta por profissionais e representantes de entidades do setor, fará um levantamento de projetos e produtos veiculados no decorrer dos 12 meses de 2013, analisando as mais importantes revistas especializadas do setor de Arquitetura, Design de Interiores e Design Moveleiro.

Mais informações acesse www.wdesignaward.com

Apoio Institucional



Apoio Cultural



Produção



Realização



Eliana Maria de Jesus,
Valparaíso/GO
Faz seu acompanhamento
médico perto de casa.



TEMPO DE SAÚDE.

UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE. É MAIS SAÚDE PARA A SUA REGIÃO.

O Governo Federal, em parceria com estados e municípios, está investindo, construindo e reformando Unidades Básicas de Saúde e levando mais médicos para todo o Brasil, tudo isso para a sua região ter mais acesso à atenção básica. Ao todo, serão investidos R\$ 7,7 bilhões em infraestrutura em mais de 24 mil unidades por todo o país.

Veja como o seu município pode ser beneficiado. Acesse saude.gov.br.



Wagner Pinheiro de Oliveira

Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT

CORREIOS: INDO MAIS LONGE HÁ 350 ANOS

Wagner Pinheiro de Oliveira, economista formado pela Unicamp, especialista em Administração e Gestão Financeira pela FGV-SP e em Finanças pela USP, é presidente dos Correios.

A mais antiga instituição brasileira, os Correios têm sua trajetória atrelada ao próprio desenvolvimento do país. Da concessão dos serviços de “Correio-Mor das Cartas do Mar”, em 1663, aos avanços tecnológicos e digitais que nos permitiram encurtar, cada vez mais, as distâncias geográficas – fornecendo soluções acessíveis e confiáveis para conectar pessoas, instituições e negócios no Brasil e no mundo –, já se vão 350 anos de história, grandes conquistas registradas e também várias páginas ainda por escrever.

Acompanhando o crescimento e as profundas mudanças socioeconômicas pelas quais o país vem passando nos últimos anos, fomos autorizados, com a sanção da Lei nº 12.490/2011, a atuar em outros segmentos. Demos início, assim, a um significativo processo de modernização e adotamos ferramentas de gestão corporativa capazes de enfrentar a concorrência com a prestação de serviços mais ágeis e eficientes para toda a sociedade.

Hoje, podemos dizer que a empresa alia sua função primordial de integração e inclusão – associada à tradicional imagem do carteiro –, à modernização do comércio eletrônico, dos serviços bancários e das exportações simplificadas, atividades que, juntamente ao comprometimento de seu corpo funcional, 120 mil trabalhadores, conferem aos Correios o reconhecimento de ser uma das instituições de maior credibilidade.

Essa nova postura, integrante de nosso planejamento estratégico de longo prazo, contribuirá para que os Correios alcancem, até 2020, o *status* de empresa de “classe mundial” da Fundação Nacional de Qualidade (FNQ), destacada por suas boas práticas e à altura da confiança depositada pelo cidadão brasileiro.

Foi visando atingir esse objetivo de ir cada vez mais longe que, em novembro de 2012, alcançamos a meta estabelecida pelo Ministério das Comunicações por meio da Portaria nº 566/2011 e passamos a atuar em todos os 5.565 municípios brasileiros. Além disso, levamos serviços, conveniência e, acima de tudo, cidadania às comunidades pacificadas da Rocinha e do Morro do Alemão, no Rio de Janeiro (RJ).

Ainda no âmbito da ampliação de nossa rede, estamos trabalhando a expansão da presença dos Correios além-mar, com a inauguração, ainda em 2013, do primeiro escritório de prospecção em outro país, no caso os Estados Unidos, em Miami.

Em função dessa capilaridade sem precedentes, a empresa prepara para ingressar em novos negócios. Nesse sentido, planejamos oferecer, em 2014, o serviço de telefonia móvel virtual (MVNO), levando celulares com a marca Correios para os mais distantes rincões deste país.

Para além das novidades em solução de comunicação digital, também investimos no segmento de encomendas expressas e de logística integrada, uma vez que o comércio eletrônico se vem configurando um de nossos principais potenciais de receita. A ideia é que possamos, em um futuro próximo, oferecer um serviço de porta em porta para recolher, processar e distribuir mercadorias.

No caso do SEDEX, que lidera o setor de encomendas expressas no Brasil, já efetivamos a ampliação das modalidades de entrega, agilizando ainda mais o cumprimento dos prazos, com a criação do e-Sedex, Sedex 10, Sedex 12, Sedex Hoje e Sedex Mundi, produtos lançados nos últimos anos. Com uma novidade, o acompanhamento em tempo real da entrega por meio do uso de *smartphones* pelos carteiros.

Ainda na área de logística integrada, vamos construir 12 grandes complexos operacionais de logística para ampliar nossa capacidade produtiva e fortalecer as megaoperações que estão sob nossa responsabilidade, de papel relevante para o Brasil: distribuição de urnas eletrônicas nas eleições, de livros didáticos para escolas de todo o país e entrega e coleta das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Entre nossas ações de sucesso, destaco ainda a inclusão bancária de milhões de brasileiros, possível graças ao Banco Postal, que agora conta com a forte parceria do Banco do Brasil, bem como algumas iniciativas relacionadas à modernização de nossos serviços, tais como a regularização da malha de transporte aéreo de cargas, a digitalização e entrega de documentos do Poder Judiciário (V-POST) e a implantação do novo formato da rede de franquias.

Foi pensando em garantir o pleno desenvolvimento destas iniciativas – e de tantas outras que buscam aprimorar nossa carta de serviços e atender às expectativas da população brasileira – que, em 2011,

realizamos o maior concurso público da história do país, com mais de 1,1 milhão de inscritos para 9.160 vagas. Além dessas, obtivemos autorização do Ministério do Planejamento para mais 9.904 convocações, que estão sendo feitas de forma escalonada. Em dois anos e meio, já contratamos mais de 16,5 mil trabalhadores, o que coloca os Correios como um dos maiores empregadores do Brasil. Vamos continuar contratando, uma vez que, ainda em 2013, será realizado um novo concurso, visando suprir a mão de obra em localidades nas quais já não contamos com cadastro de reserva.

Além de investir na ampliação e capacitação da força de trabalho, uma de nossas principais fontes de inovação organizacional, nos últimos dois anos também focamos na melhoria de nossas estruturas físicas, o que inclui a destinação de R\$ 780 milhões para construção, reforma, manutenção e ampliação de 1,5 mil unidades operacionais, administrativas e de atendimento. Também renovamos nossa frota, realizando a compra de 16 mil veículos – entre motos, furgões e caminhões –, e adquirimos 13,3 mil novos computadores.

Ao mesmo tempo, reforçamos nossa política de patrocínios para fortalecer a marca Correios no mercado concorrencial e cumprir o papel de empresa pública, fomentando o desenvolvimento da cultura e do esporte nacional. Atualmente, além de manter seis centros culturais (RJ, PE, BA, SP, CE e MG) e o Museu Nacional dos Correios (DF), investimos em diversos projetos culturais pelo Brasil afora e somos os patrocinadores oficiais das confederações brasileiras dos desportos aquáticos, do tênis, do futsal e do handebol. Vale ressaltar que esses apoios, além de contribuírem para o desenvolvimento de atletas, beneficiam hoje cerca de 10 mil crianças e adolescentes carentes que participam de escolinhas dessas modalidades esportivas.

Todo esse investimento se traduz em confiança por parte do povo brasileiro e respeito diante das demais empresas do setor. Segundo pesquisa divulgada recentemente pela maior consultoria do mundo, a Accenture, os Correios estão entre os dez melhores operadores postais do mundo.

É por tudo isso que em 2013 celebramos os 350 anos de serviços postais no Brasil, com muitas conquistas a comemorar, mas também atentos ao futuro. Este amanhã está sendo construído agora, dia a dia, com o objetivo de levar os Correios cada vez mais longe, aproximando os cidadãos brasileiros de cada um de nossos 5.565 municípios do restante do mundo.





Dr. Emmanoel Campelo de Souza Pereira

Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça - CNJ

ATUAÇÃO INSTITUCIONAL DO CNJ: TRANSPARÊNCIA, MODERNIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DO JUDICIÁRIO

Criado pela Emenda Constitucional nº 45, em 2004, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) faz parte da reforma do Poder Judiciário. Com exatos oito anos de atuação, completados em julho deste ano, o CNJ protagonizou importantes conquistas na defesa de um ideário de justiça, que se harmoniza com o desejo do povo brasileiro, ávido por mudanças e por um Poder Judiciário que abandonasse as práticas antirrepublicanas e arcaicas, marcadamente presentes no serviço público.

Nesse contexto, o CNJ avocou, desde o início, a qualidade de órgão de planejamento e coordenação de diversas iniciativas, que objetivam aprimorar a atuação do Poder Judiciário mediante a melhoria do acesso à Justiça; a coibição da prática do nepotismo e dos salários milionários; a correção da atuação funcional criminosa ou fraudulenta de magistrados; o estabelecimento de metas nacionais; a divulgação de boas práticas; e o conhecimento da Justiça, em números.

No controle e no planejamento administrativo do Poder Judiciário, o CNJ contabilizou avanços e retrocessos rumo à seu amadurecimento, de forma que se caracteriza hoje como um importante pilar na concretização da justiça, contando com a confiança e o entusiasmo da maior parte da população.

Por meio do intercâmbio de experiências e boas práticas, o CNJ auxilia os tribunais na modernização e no ajuste de procedimentos, especialmente mediante o desenvolvimento do Processo Judicial Eletrônico (PJe), que tem como principal meta combater a morosidade, um dos maiores problemas apontados em pesquisas que avaliam o Poder Judiciário.

Incompatível com o princípio da razoável duração do processo, a morosidade é agravada pelo sistema processual vigente, em especial pela demorada comunicação dos atos processuais, pelos prazos e pelos inúmeros mecanismos que autorizam o alongado

desenvolvimento do processo. Entretanto, no ambiente virtual, os processos tendem a se desenvolver com maior rapidez, como já sucede com relação ao próprio sistema do CNJ, que só admite peticionamento eletrônico e autoriza a visualização e atuação no processo vinte e quatro horas, todos os dias da semana. O advogado Raul Haydar resume as expectativas ao afirmar que, “com a informática e os meios de comunicação, estamos perto de ver uma justiça verdadeiramente democrática”.

Outra grande frente de atuação do CNJ está concentrada na Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania, que, entre diversos projetos, desenvolve ações relacionadas à Conciliação e Mediação, como mecanismos para desafogar o Judiciário e solucionar permanente e rapidamente os conflitos de interesse.

O projeto supracitado, que em seu nascedouro, em 2006, se chamava “Conciliar é legal”, experimentou diversos aprimoramentos e hoje conta com inúmeras ações, que vão desde semanas anuais de conciliação em todo o país, passando por conferências e campanhas nacionais, até a entrega de prêmios e a promoção de cursos destinados à capacitação de magistrados e servidores para atuação em gerenciamento e solução de conflitos.

No fim de 2010 foi editada a Resolução nº 125, pelo então Presidente do STF e CNJ Cezar Peluso, a qual dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de Tratamento dos Conflitos de Interesse, visando especialmente consolidar mecanismos consensuais de solução dos litígios.

Alinhamento e integração dos órgãos do Judiciário, fiscalização e correção do seus membros e processos; eficiência operacional e atuação institucional exemplar são as macroações que orientam o planejamento estratégico do CNJ.

O que se constata, portanto, é um grande esforço no sentido de atribuir maior eficácia e modernidade ao Poder Judiciário, com

redobrado cuidado para compor uma atuação eficiente, que desperte na população a confiança necessária para a entrega satisfatória da Justiça, razão de existir da atuação do Judiciário.

Por outro lado, a conjuntura atual evoca a necessidade premente de transparência na *res pública*. Já não se admite, a nenhum dos poderes, manter reserva de informações, ocultar ou mascarar os pontos fracos, perdurar hermeticamente fechado em si mesmo. Com o Poder Judiciário não poderia ser diferente, na medida em que a segurança jurídica depende também da compreensão que as pessoas têm das decisões judiciais.

Com a recente divulgação de diversificados dados do Judiciário, foi possível verificar tanto as deficiências estruturais quanto o elevado número de processos em andamento em cada órgão do Poder em todo o país. A evidência de que o Judiciário é tão diverso e plural é o que permite hoje a geração de programas que tendem a homogeneizar, ao máximo, as práticas nos diversos Estados.

Entretanto, ainda perdura imensa diferença entre as Justças, em especial porque são diferentes as fontes orçamentárias que subsidiam o Judiciário Federal e o Judiciário dos Estados, mas o alinhamento se torna mais efetivo a cada dia.

O mais importante papel do CNJ, nesse aspecto, é tornar conhecidas as circunstâncias do Poder Judiciário, com lealdade e veracidade, a fim de fortalecer os vínculos do povo com as metas de justiça que podem auxiliar o país a dar um salto qualitativo ainda maior na concretização de seu ideário democrático.

Confiança e segurança são sentimentos gêmeos, irmanados, obtidos a partir de evidências concretas da atuação coerente e digna de cada servidor e de cada magistrado que compõem a estrutura do Poder Judiciário nacional. Atuar para o fortalecimento desse vínculo, em prol de um Judiciário melhor, é o papel do CNJ.





Dr. Flávio Croce Caetano

Secretário Nacional da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça do Brasil

A REFORMA DO JUDICIÁRIO NO BRASIL

Há pouco mais de dez anos, inaugurava-se uma nova fase de funcionamento da Justiça no Brasil: pela primeira vez, um órgão do Poder Executivo destinava-se a formular e articular políticas voltadas à melhoria e ao aprimoramento do Poder Judiciário. Refiro-me à criação da Secretaria Nacional de Reforma do Judiciário (SRJ), em 2003, cujo desafio inicial era elaborar a Emenda Constitucional nº 45, mais conhecida como Reforma do Judiciário.

O desempenho da SRJ revelou que sua criação era imprescindível. Com a aprovação da reforma no Congresso, a estrutura da Justiça experimentou a criação de órgãos de controle externo da Magistratura, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e do Ministério Público, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Essas inovações permitiram aproximar o Judiciário de cidadãos e cidadãs. Hoje, não há dúvidas do importante papel que o Conselho Nacional de Justiça exerce, bem como o CNMP. Consolidaram-se como instâncias de fiscalização da magistratura e de planejamento administrativo, que qualificam os serviços da Justiça.

Para reduzir o elevado volume de processos que afogam a Justiça, a reforma criou a súmula vinculante e a repercussão geral. Com atuação no Supremo Tribunal Federal, ambas permitiram reduzir a quantidade de processos na mais alta Corte do país, fortalecendo a jurisprudência nacional e conferindo maior segurança jurídica.

Mas a Reforma do Judiciário foi crucial, igualmente, para garantir a autonomia da Defensoria Pública, que tem a responsabilidade de assegurar o acesso das populações vulneráveis ao sistema de Justiça. A Emenda Constitucional nº 45/2004 deslocou para a Justiça Federal, sempre que necessário, o julgamento de violações graves aos direitos humanos, reforçando o respeito às minorias e colaborando na busca de aprimoramento da justiça social. Também foi resultado da Reforma do Judiciário o estabelecimento da duração razoável do processo como um direito fundamental, constitucionalmente previsto.

Esse primeiro momento de atividade da SRJ foi farto e serve de paradigma para uma nova Justiça. O momento seguinte consolidou essa primeira fase, com o aperfeiçoamento de novas leis processuais e a assinatura de dois Pactos Republicanos, articulando os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário na direção de uma Justiça mais rápida.

O momento atual de desafios colocados à SRJ guarda singularidade em relação a esses anteriores. Se, de um lado, é fundamental aprofundar os caminhos já traçados, de outro, faz-se imprescindível avançar decisivamente na função maior que a Secretaria pode ter perante a sociedade, qual seja ampliar os mecanismos de acesso à Justiça. Afinal, de nada adianta reestruturar o sistema de Justiça se quem mais precisa não consegue acessar as instituições que o compõem na hora de ter garantido o respeito aos direitos e à cidadania.

Nesse sentido, é preciso superar os obstáculos ao pleno acesso à Justiça. Esse é um trabalho permanente e urgente para a SRJ. Especialmente, quando se observa que a Justiça ainda demora em média dez anos para julgar um processo e quando se sabe que há cerca de 90 milhões de processos em andamento aguardando julgamento — algo como um processo para cada dois cidadãos. Ora, não se pode pensar em Justiça e em duração razoável do processo se o elevadíssimo volume de processos resulta em julgamentos demorados. Justiça que tarda é justiça incompleta; portanto, distante de sua missão maior, de pacificação social.

Os eixos que estruturam a nova fase da Reforma do Judiciário baseiam-se na ampliação do acesso à Justiça, tornando-a célere. Assim, a SRJ, mantendo seu potencial de articular e desenvolver projetos em parceria com as demais instituições, tem como norte a unificação e expansão do processo eletrônico, o fortalecimento das Defensorias Públicas e o estímulo a soluções alternativas de conflito — notadamente conciliação, mediação, negociação e arbitragem.

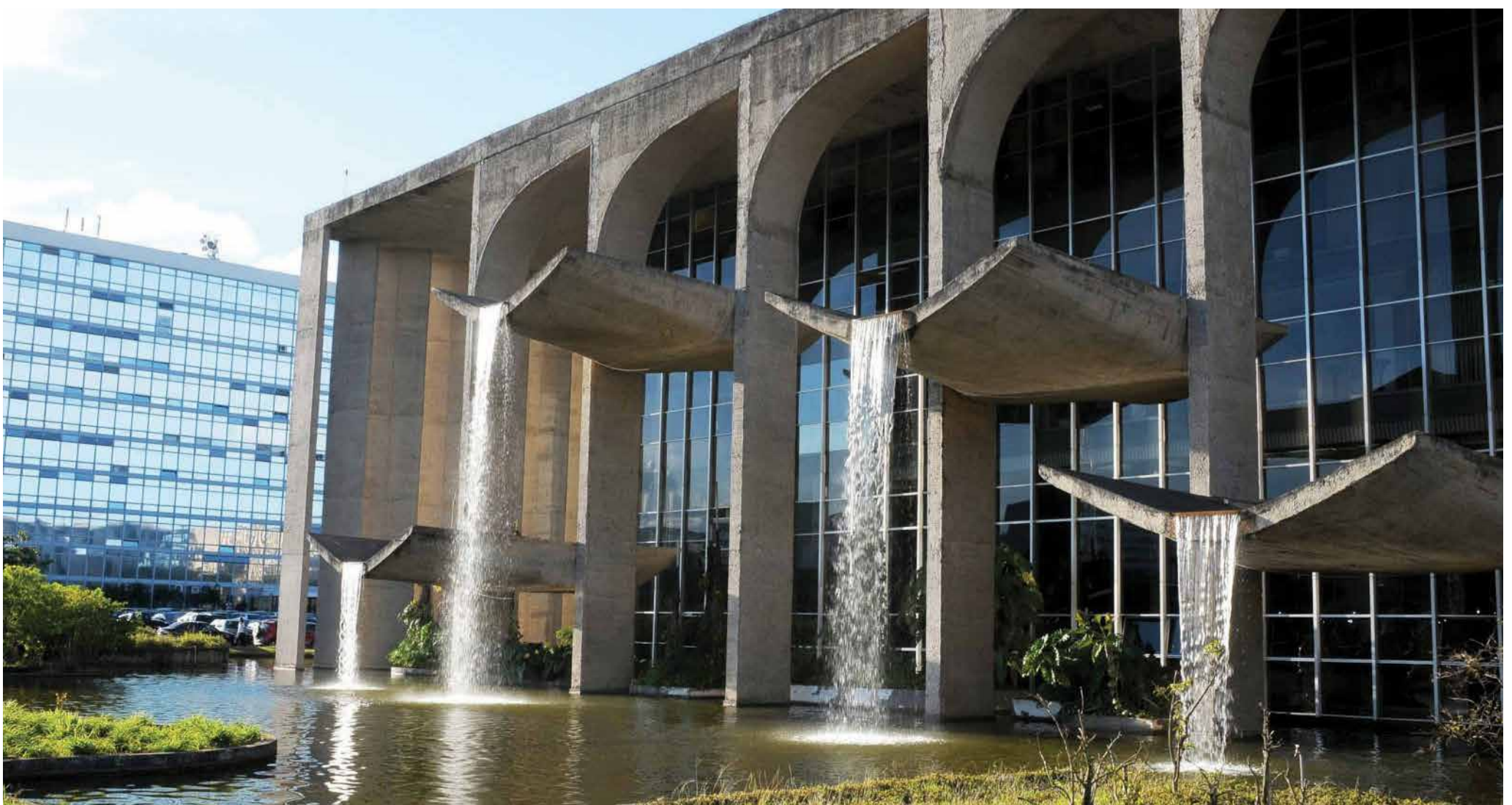
De fato, o Judiciário já deu alguns passos relevantes para introduzir os processos eletrônicos como maneira de acelerar a tramitação

das ações judiciais. Em um mundo em que a comunicação é cada vez mais dinâmica e veloz, é preciso adotar instrumentos e recursos tecnológicos adequados aos novos tempos. Já existe, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, o Processo Judicial Eletrônico (PJE), que tem o condão de unificar e organizar os processos em curso nos tribunais.

Em outra frente de ação, é preciso solucionar os conflitos sem aumentar o déficit de julgamento de processos que já esperam decisão judicial. Por isso, torna-se imperativo difundir as práticas de mediação, conciliação, negociação e arbitragem. Nessa direção, foi criada a Escola Nacional de Mediação e Conciliação (ENAM), fruto da parceria da SRJ com o CNJ, passo importante para capacitar operadores do direito e membros da academia e da sociedade civil a adotar esses meios apropriados de solução de conflitos. Além disso, cabe à ENAM realizar eventos de difusão do conhecimento e promover projetos e atividades de ensino e de pesquisa.

Mas podemos fazer mais. E estamos fazendo: em contato com a Ordem dos Advogados do Brasil, buscamos incluir nos Exames de Ordem questões relativas à mediação e à conciliação; junto com o Ministério da Educação, estudamos como introduzir esses conteúdos nos currículos das faculdades de Direito; estamos realizando parcerias com órgãos estatais para diminuir o volume de conflitos envolvendo o Poder Público, principal parte em processos que afogam o Judiciário; e, finalmente, junto com bancos e telefônicas, também grandes litigantes, queremos que a mediação e a conciliação sejam usadas para reduzir o alto número de processos.

A Reforma do Judiciário no Brasil é permanente. Nosso trabalho, neste momento, precisa da participação de todas as instituições e profissionais que compõem o sistema de Justiça: Judiciário, Executivo, Legislativo, Ministério Público, Defensoria e Advocacia. Não há outra maneira de construir um serviço público de Justiça eficaz e de qualidade. E só com justiça rápida seremos um país efetivamente desenvolvido.





Dr. Pablo Miguel Roig



Médico Psiquiatra Especialista em Adições e Diretor Clínico da Clínica Greenwood

COMBATE ÀS DROGAS

As políticas de controle do consumo de drogas tem se orientado ao ataque da comercialização e do uso do *crack*, tendo em conta a quantidade de usuários em franco crescimento e o impacto que isto tem sobre a sociedade. Avaliações de 2012 mostram que o Brasil é o maior consumidor da droga no planeta, mas as medidas que vem sendo adotadas estão mostrando uma ineficiência desanimadora. O ataque frontal aos usuários por meio de ações policiais, apesar de compreensível, já que conta com o cansaço da sociedade ao conviver com figuras subumanas, caóticas e dispostas a tudo para conseguir mais uma “pedra”, só tem servido para afastá-los das cracolândias e distribuí-los pela cidade.

Os tratamentos propostos aos usuários estão fadados ao fracasso por ser insuficientes e precários e denotam total desconhecimento da patologia a ser enfrentada. O poder aditígeno dos estimulantes como a cocaína aspirada, injetada ou fumada é tal que o adito muda seu critério de valores e coloca o contato com a droga como primordial. Não existe outra explicação para entender uma cena tão dramática como a de presenciar uma mulher grávida fumando *crack*, sem preservar, ao menos, o valor natural de proteger sua cria.

É ingênuo pensar em tratamentos ambulatoriais para pessoas que perderam sua capacidade de escolha e são escravizadas pela necessidade de usar. Vale lembrar que a palavra “adito” vem do latim, definindo aquele que, realizando uma dívida que não podia ser paga, se transformava em escravo de seu credor.

Não basta internar os pacientes acometidos pela doença, mas também devem existir programas adequados para atingir o problema, com a duração necessária e cuidados para a ressocialização.

Esses projetos, evidentemente, têm um custo elevado, mas, se observarmos os valores que consomem a sociedade anualmente em função dessa patologia, todo investimento é válido. Em países em que se fez esta avaliação, chegou-se a números assustadores. Um estudo das Nações Unidas de 1998 mostra que, em países com consumo de drogas semelhante ao do Brasil, o custo social desde o ponto de vista monetário é de 0,5 a 1,3 do PIB.

Nos Estados Unidos, o National Institute of Drug Abuse (NIDA) calculou em 2000 que o país gastou US\$ 160 bilhões ligados à dependência química.

No Canadá, o estudo “The cost of substance abuse in Canada”, de 2002, calcula que, medindo os serviços de saúde, imposições legais, perda de produtividade, morte e sequelas, se chega a um valor de US\$ 39,8 bilhões.

Na Austrália, entre 1998 e 1999, o gasto público ligado às drogas foi de US\$ 34,4 bilhões.

O impacto social verifica-se principalmente nas seguintes áreas:

- Perda de produtividade;
- Custos hospitalares;
- Assistência domiciliar;
- Custos farmacêuticos;
- Acidentes de trânsito;
- Custos relacionados ao crime: policiamento, cortes criminais, alfândega, custos diretos e indiretos das prisões e segurança privada.

Esses números dão uma ideia do impacto econômico das dependências químicas, mas não medem o impacto emocional que acomete cada um de nós, que vivemos inseguros e amedrontados mesmo estando em nosso ambiente. Também é de se notar que esses valores são anteriores ao grande auge do consumo de *crack*, que, como sabemos, produz uma deterioração biopsicosocial muito mais intensa e rápida.

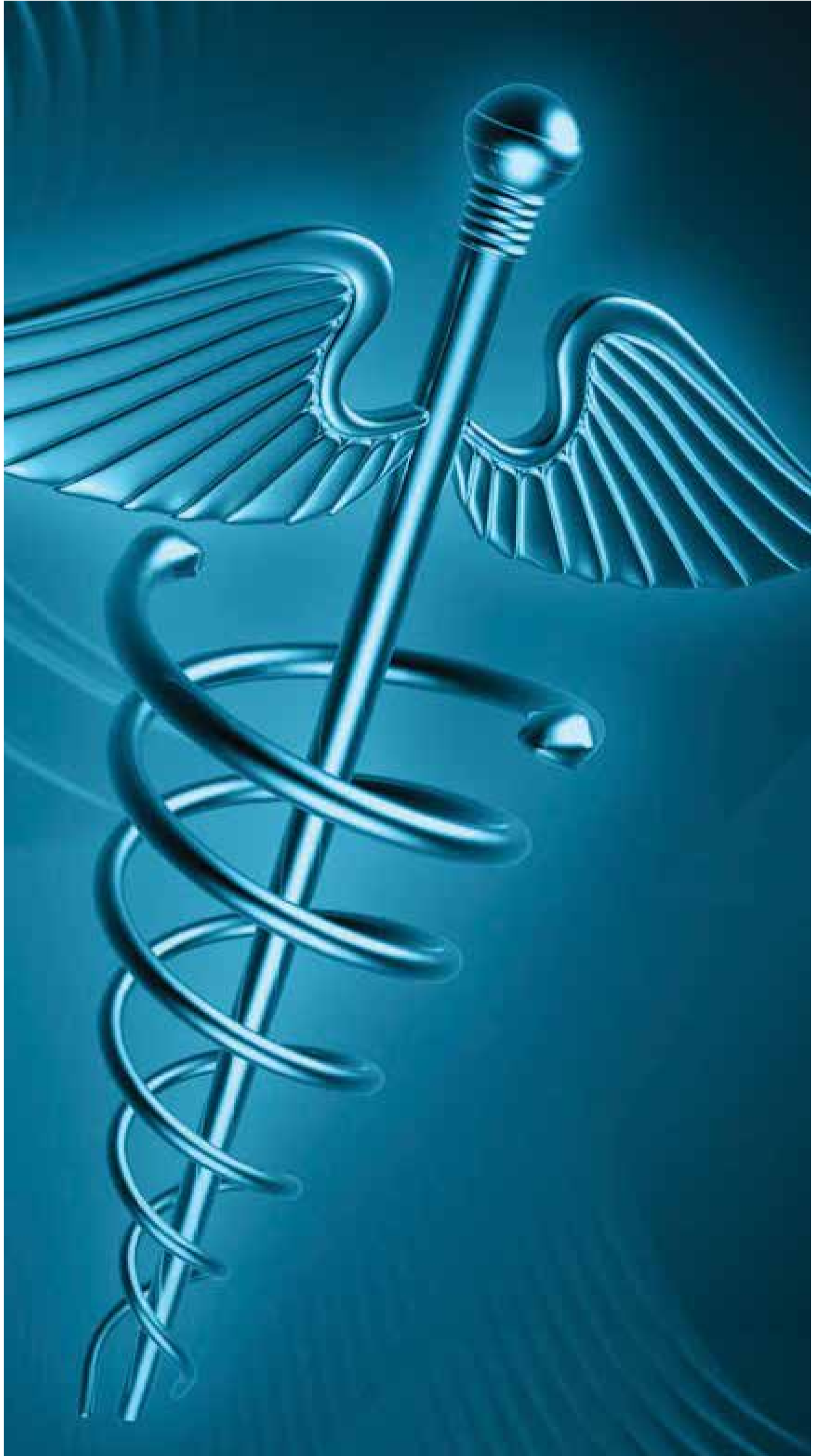
No Brasil, o orçamento destinado ao problema teve um acréscimo significativo mas insuficiente nos últimos anos:

– 2009: O orçamento anual da Secretaria Nacional de Política Sobre Drogas (SENAD) e do Fundo Nacional Antidrogas foi de R\$ 18.631.096.

– 2010: R\$ 36.578.667

A partir de 2011, com o lançamento do programa federal de enfrentamento ao *crack* “Crack, é possível vencer”, o governo estimou um orçamento de R\$ 4 bilhões até 2014, em ações de saúde e segurança. Porém, até agosto de 2013 apenas 34,6% do previsto (R\$ 1,38 bilhão) havia sido utilizados de fato. E o previsto até o fim do ano deve chegar a R\$ 1,8 bilhão.

Como pode constatar-se, existe um abismo entre a natureza do problema e os recursos utilizados para seu combate. As guerras ganham-se ao ter uma logística adequada, uma tática e estratégia eficientes e o estabelecimento de alianças significativas. Nesta guerra, acredito que devemos rever cada um desses fatores.





Rafael Franzini

Representante do Escritório de Ligação e Parceria do UNODC no Brasil

COLOCANDO O CIDADÃO NO CORAÇÃO DA QUESTÃO DAS DROGAS



dependência de drogas deve ser tratada como uma doença crônica resultante de uma série de fatores biológicos, psicológicos e sociais, entre eles o abandono e a exclusão social.

Portanto, políticas sobre drogas devem ser baseadas na esfera da saúde pública, e não da justiça criminal, sob uma lógica punitiva. Essa foi a principal mensagem discutida durante o Simpósio Internacional sobre Drogas: da Coerção à Coesão, realizado entre 9 e 11 de setembro no Museu Nacional da República, em Brasília (DF).

Organizado pelos Ministérios da Saúde e da Justiça, em parceria com organismos internacionais e da sociedade civil, o evento contou com mais de 400 participantes e palestrantes de dez países, que dividiram com o público os aspectos positivos e negativos de experiências realizadas no exterior.

O Chefe do Departamento de Prevenção às Drogas e Saúde do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), Dr. Gilberto Gerra, participou da primeira mesa de debate do simpósio e apresentou evidências científicas sobre a maior eficácia das políticas sobre drogas baseadas na saúde, e não na punição. "Os transtornos relacionados ao uso de drogas devem ser reconhecidos como problemas de saúde e tratados como qualquer outra doença", afirmou ele.

Gerra é coautor do documento *Da coerção à coesão – Tratamento da dependência de drogas por meio de cuidados em saúde e não da punição*, publicado pelo UNODC em 2010, que deu nome ao Simpósio. A ideia por trás de "Da coerção à coesão" trata justamente disso: de reconhecer as situações de vulnerabilidade em que vivem os indivíduos, seus problemas e suas circunstâncias, e de dar uma resposta humana, aliviando sua condição, em vez de agravá-la. Por isso falamos em coesão social, e não coerção policial, porque o dependente de drogas é sujeito do direito de saúde, não do direito penal.

Fazendo referência às convenções internacionais sobre drogas das quais o UNODC é guardião, Gerra lembrou que usuários de drogas não devem ser punidos ou detidos e, quando cometem crimes, devem ter a opção de tratamento como alternativa à prisão. O tratamento da dependência de drogas deve ser voluntário, baseado em evidências, confidencial e com consentimento informado. "A ética da clínica médica não permite tratamentos sem o consentimento do paciente", explicou Gerra.

Segundo diretrizes do UNODC e da Organização Mundial da Saúde (OMS), a atenção e o tratamento devem estar de acordo com os princípios da ética do cuidado em saúde e respeitar a autonomia e a dignidade individuais. Além disso, os tratados internacionais de direitos humanos exigem garantias processuais para a detenção e a privação de liberdade de qualquer pessoa. A tendência mundial crescente de propostas de tratamento sem consentimento, inclusive no Brasil, gerou um posicionamento da ONU em 2012 contra centros de detenção/tratamento compulsório, destacando que a privação da liberdade arbitrária é uma violação das normas internacionais de direitos humanos.

A internação sem o consentimento de usuários de drogas deve ser somente uma medida emergencial de curto prazo, não ultrapassando poucos dias, e aplicada apenas em casos de intoxicação aguda ou quando o indivíduo possa colocar em risco sua própria segurança e/ou a de outros. Em outras palavras, a internação deve ser a exceção, e não a regra.

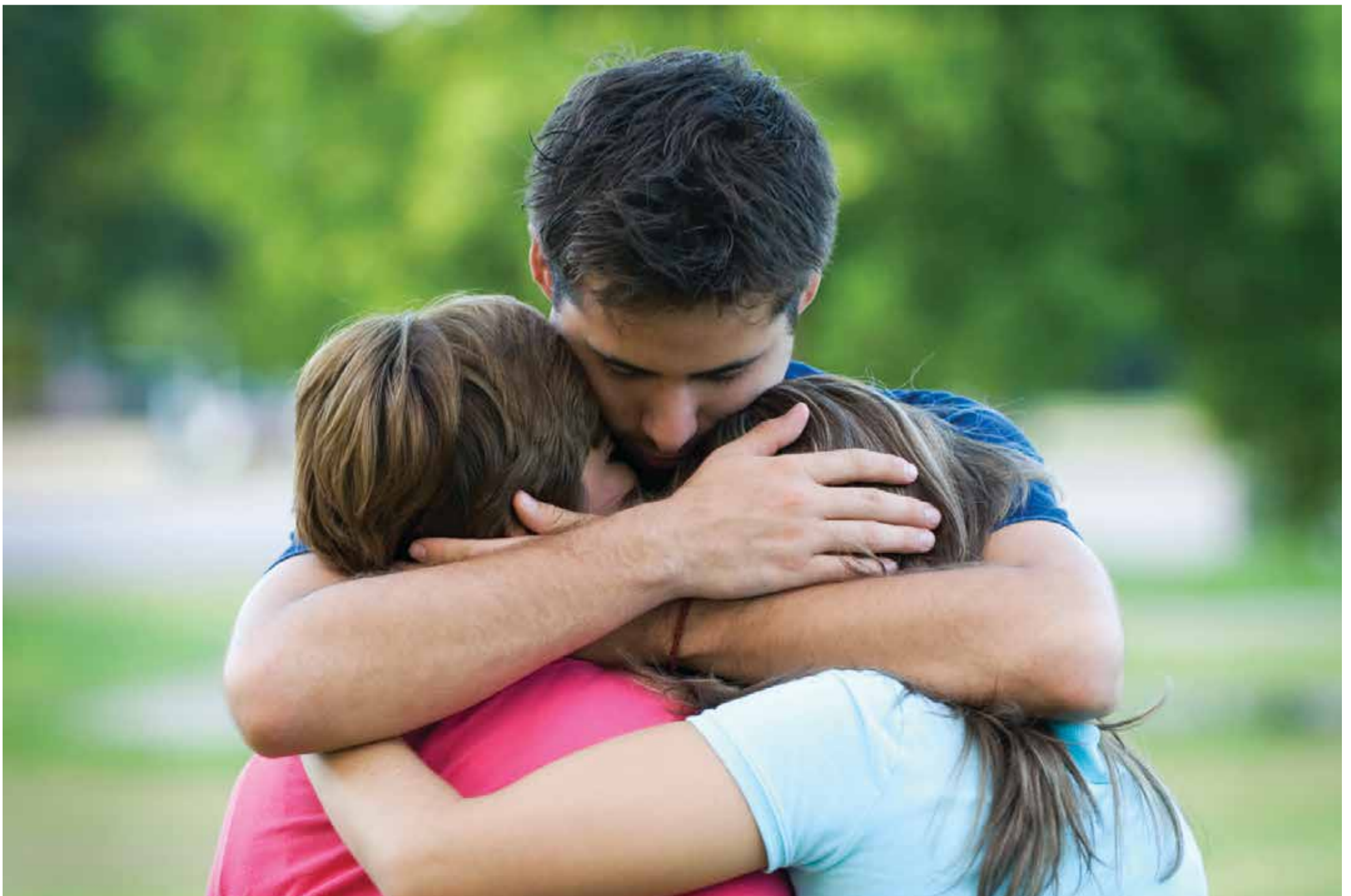
Gerra ressaltou durante o simpósio que "tratamentos de longo prazo e sem consentimento são caros e desnecessários. O que precisamos é de tratamentos humanizados e de custos acessíveis nas comunidades". Ele ainda lembrou que centros de tratamento só terão papel importante no dia em que estiverem cheios de pacientes. Não adianta apenas haver instalações de tratamento com equipamentos e médicos qualificados

se os usuários problemáticos que precisam desse serviço não conseguem acessá-lo.

O estigma associado aos usuários de drogas é uma enorme barreira que os impede de serem beneficiados por serviços de tratamento. Além disso, usuários de drogas que vivem com HIV/aids sofrem um duplo estigma, pois são excluídos entre os excluídos. Por isso, é importante que os Estados assumam um papel mais ativo de alcançar os usuários problemáticos de drogas em suas próprias comunidades, oferecendo serviços de prevenção e tratamento, além de ações sociais direcionadas principalmente ao combate da exclusão social.

Em sua Estratégia Hemisférica sobre Drogas de 2010, a OEA também enfatiza a necessidade de se considerar o impacto das drogas sobre a pobreza e a marginalização, assim como impulsionar a implementação de políticas e ações que favoreçam a inclusão social e a redução dessas vulnerabilidades, levando sempre em conta o componente de gênero. A OEA ressalta que políticas e ações de redução de demanda, incluindo intervenção precoce, tratamento, reabilitação e reinserção social, devem ser sempre guiadas pelo objetivo de promover a saúde e o bem-estar social dos indivíduos, das famílias e das comunidades e de reduzir as consequências adversas do abuso de drogas.

Se queremos mudar o paradigma que domina o debate sobre drogas no mundo, deixando para trás o pensamento baseado na lógica punitiva e adotando uma postura fundamentada na visão da saúde pública, precisamos em primeiro lugar acabar com o forte estigma associado à questão: é preciso falar sobre saúde, e não violência; usuários problemáticos, e não viciados; medidas sócioeducativas para inclusão social e redução de vulnerabilidades, e não limpeza de crackolândias; prevenção do abuso e tratamento da dependência, e não guerra às drogas. É preciso, acima de tudo, colocar o cidadão no coração da questão das drogas.



RESPONSABILIDADE SOCIAL PARA UM FUTURO MELHOR

Após dez anos de existência e de muitos trabalhos sociais realizados em prol do desenvolvimento do Brasil, o Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB criou o Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas, denominado AMOR PELA VIDA, destinado a salvar a vida das pessoas usuárias de drogas brasileiras e estrangeiras, com vistas à prevenção do uso de drogas, ao tratamento do viciado em drogas, à reinserção social de usuários de drogas e o enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas.

O Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA tem por missão a promoção social no campo da proteção da vida, valorização e defesa da saúde, dando ênfase à criação e ao funcionamento de unidades de ensino, de pesquisa e de assistência, trabalhando para o desenvolvimento e o fortalecimento social do Brasil. O AMOR PELA VIDA tem como atuação estratégica os seguintes pilares:

- I – o tratamento de dependentes de drogas;
- II – a inclusão social de dependentes de drogas;
- III – a instituição de sistemas e tecnologias de apoio à pesquisa e ao ensino;
- IV – a instituição de cursos profissionalizantes em nível técnico na área da saúde voltados ao conhecimento em prevenção às drogas.

O trabalho de combate às drogas que vem sendo realizado pelo Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro teve início com ações concretas em 2004, 2007 e 2012.

Destacamos abaixo os trabalhos que foram realizados pelo IDELB na área de combate às drogas:

– I Fórum Brasileiro de Estudos e Debates contra a Violência e a favor da Reabilitação do Cidadão Dependente de Drogas (<http://www.idelb.org.br/forum2004>);

– I Simpósio Nacional sobre o Combate ao Crime Organizado, Lavagem de Dinheiro, Recuperação de Ativos de Origem Ilícita no Exterior, Corrupção e o Combate ao Tráfico Internacional de Drogas (<http://www.idelb.org.br/simposio2007>);

– lançamento da Campanha Institucional de Combate às Drogas, voltada à Proteção à Vida da Criança e do Adolescente com Educação Preventiva nas Escolas sobre o Uso Indevido de Drogas (<http://www.idelb.org.br/images/PDF/antidrogas.pdf>).

O Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro cumpre mais uma vez sua meta de promover a responsabilidade social para um futuro melhor com a criação do Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA. Trata-se de um projeto-piloto de um laboratório clínico psiquiátrico de referência na América Latina, tendo por objetivo promover diversas iniciativas nas áreas de ensino e pesquisa clínica com avanço científico e tecnológico na área de saúde, voltado ao tratamento de dependentes de drogas.

O Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA projeta em seu primeiro ano de funcionamento acolher para tratamento cerca de 360 usuários de drogas, visando integrar, articular e ampliar as ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack e outras drogas e contemplando a participação dos familiares e a atenção aos públicos vulneráveis: crianças, adolescentes e população em situação de risco.

A iniciativa social de criar o Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA é parte integrante do projeto social "Salvando Vidas das Drogas", realizado pelo

IDELB em 2009, dando apoio ao Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, implantado pelo Governo Federal em 2010, com vistas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários e ao enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas ilícitas.

O projeto arquitetônico do Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA foi elaborado por um dos melhores e mais renomados arquitetos do Brasil, o professor Jorge Munif Abussamra, graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade São Judas Tadeu, que tem em seu vasto currículo profissional inúmeros trabalhos consagrados, destacando-se a Torre João Salem, que recebeu o VII Grande Prêmio de Arquitetura Corporativa, o maior prêmio de Arquitetura da América Latina.

O Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA convidou a Matec Engenharia, uma das melhores e mais modernas construtoras do Brasil, com reconhecida e sólida participação no mercado nacional, ganhadora de dezenas de prêmios por sua excelência e qualidade profissional na realização de suas obras, para participar do projeto, fazendo a construção do empreendimento social.

O Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA será construído em uma área total de 5.700 m², no município de Vargem Grande Paulista, Estado de São Paulo, que terá uma área construída de 4.000 m² para acomodar cerca de 60 quartos, sendo dois pacientes por acomodação. A instituição terá, no total, 120 pacientes por tratamento, que terá, em média, quatro meses de duração. Serão acolhidos, portanto, por ano cerca de 360 usuários de drogas para realização de tratamento clínico psiquiátrico especializado.

Com o objetivo de cumprirmos nossa missão de melhorar e ampliar o desenvolvimento da saúde pública no Brasil com o tratamento de dependentes de drogas, com o firme propósito de reintegrá-los na sociedade, promover infâncias saudáveis e de saúde e bem-estar social, buscamos firmar parcerias com empresas, governos, organizações não governamentais e cidadãos.

Pedimos sua importante contribuição financeira para que possamos viabilizar a construção do Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA, por meio de doações financeiras depositadas em conta bancária específica em nome do projeto social "Salvando Vidas das Drogas", conforme os seguintes dados:



Banco do Brasil S/A
Conta corrente nº 20.098-0
Agência nº 2962-9 – Faria Lima – SP
Beneficiário: **Projeto social "Salvando Vidas das Drogas"**
CNPJ/MF nº 05.527.226/0001-69

Nosso trabalho social encontra amparo legal no art. 68 da Lei Federal nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD). O referido artigo é contemplado pela seguinte redação: "A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão criar estímulos fiscais e outros, destinados às pessoas físicas e jurídicas que colaborem na prevenção do uso indevido de drogas, atenção e reinserção social de usuários e dependentes e na repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas".

Nenhum caminho de flores conduz à glória. Vamos superar os obstáculos com a força de nossa coragem, enfrentando as vicissitudes e dando alento ao povo sofrido, vítima das brutais desigualdades sociais.



Perspectiva artística da fachada do Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA, criado pelo IDELB.



AMOR PELA VIDA

CENTRO DE REABILITAÇÃO E REINserÇÃO
SOCIAL DE DEPENDENTES DE DROGAS DO
INSTITUTO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS BRASILEIRO - IDELB

PROJETO SOCIAL "SALVANDO VIDAS DAS DROGAS"

Save your life forever

Proteção à Vida da
Criança e do Adolescente
Educação Preventiva nas Escolas
sobre o Uso Indevido de Drogas



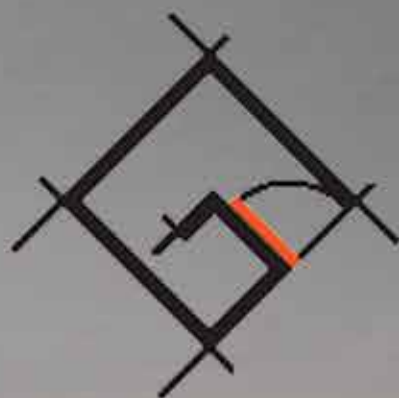
Dr. Josué dos Santos Ferreira

Presidente do Conselho Antidrogas do
Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB
E-mail: presidente@idelb.org.br

ROMANZZA 2013/14

PARA VIVER NOVOS MOMENTOS





GriffFe



Curta [facebook.com/romanzzagriffe](https://www.facebook.com/romanzzagriffe) e compartilhe seus #novosmomentos no Instagram.



www.romanzzagriffe.com.br
55+11 50931890
Alameda dos Nhambiquaras, 1612 - Indianópolis
04090-003 - São Paulo - SP

Romanzza

Você totalmente satisfeito

INSPIRAR É COMPARTILHAR CADA CONQUISTA.

Buscar oportunidades, ensinar, deixar um legado. Um dia o Brasil recebeu os pais de Wai Nam Chan de braços abertos. Hoje, como engenheiro de processamento, ele faz questão de compartilhar seus conhecimentos e retribuir toda a hospitalidade que sua família recebeu. Essa é a nossa gente. É ela que nos inspira a dividir nossas vitórias.

Tão importante quanto modernizar e construir refinarias é inspirar histórias como essa.

Compartilhe inspiração.
petrobras.com.br/meinspira
#meinspira

Gente. É o que inspira a gente.



Saiba mais
sobre essa e
outras histórias.

Baixe um leitor de QR Code em seu celular e fotografe esse código.

BR PETROBRAS 60anos

Ministério de
Minas e Energia

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

o desafio é a nossa energia